



Número: **0078491-86.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 16ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **10/12/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CRISTIANO MIGUEL PEREIRA (AUTOR)		THIAGO FELIPE DIAS DE MELO (ADVOGADO) Rodrigo Alves Dias (ADVOGADO)	
TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A. (REU)			
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
75904 203	25/02/2021 16:46	ANEXO 1	Outros (Documento)

PEDIDO DO SEGURO DPVAT

1 - Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3 - CPF da vítima: 002.014.004-56 4 - Nome completo da vítima: HUMBERTO ARAÚJO DE SOUZA

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: HUMBERTO ARAÚJO DE SOUZA 6 - CPF: 002.014.004-56
7 - Profissão: RECUSA 8 - Endereço: R CORDEIRO DO NORTE 9 - Número: 36 10 - Complemento:
11 - Bairro: E DE REBOUÇAS 12 - Cidade: IGARASSU 13 - Estado: PE 14 - CEP: 53.000-600
15 - E-mail: 16 - Tel (DDD): 81-9-8330-8335

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, que dirijo o endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA: ☒ RECUSO INFORMAR ☐ SEM RENDA ☐ R\$1,00 A R\$1.000,00 ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assine e uma opção): ☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341) ☐ Banco do Brasil (001) ☒ Caixa Econômica Federal (104) ☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)

Nome do BANCO: AGÊNCIA: 2190 CONTA: 00350203 AGÊNCIA: CONTA:

Autorizo a Seguradora LIDER a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a quem o valor devido, tendo em vista o fato de que a vítima não possui o direito de receber o valor devido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

☒ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Porém, desde que a Seguradora LIDER, após o recebimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, concordando desde já, em me submeter a avaliação médica realizada pela Seguradora LIDER para verificação da existência ou não da condição de invalidez permanente de acordo com a Lei nº 13.474/14, art. 3º, § 1º, declarando que esta autorização não implica previsão de concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a causa de acordo com seu conteúdo.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorciado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima: 25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tiver filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou herdeiros (vivos)? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tiver irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora LIDER pagará o caso de morte a indenização do Seguro DPVAT por morte aos únicos beneficiários que se apresentarem e comprovarem esta condição, sob pena de nulidade, de que qualquer declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de restituir o valor recebido, a título de responsabilidade criminal, por infração ao artigo 179 do Código Penal.

34 - 35 - Nome legível de quem assina a peça/pedido 36 - CPF legível de quem assina a peça/pedido 37 - () Assinatura de quem assina a peça/pedido

38 - 1º Nome: CPF: Assinatura da testemunha 39 - 2º Nome: CPF: Assinatura da testemunha

40 - Local e Data: RECIFE 06 de Novembro 2020

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver):

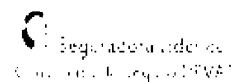
41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante):

43 - Assinatura do Procurador (se houver):

IPS-001 V002/2019



RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0323853/20

Vítima: CRISTIANO MIGUEL PEREIRA

CPF: 031.328.174-22

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

Data do acidente: 31/07/2020

Titular do CPF: CRISTIANO MIGUEL PEREIRA

CPF de: Próprio

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Boletim de ocorrência
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
Outros

VALMIR HONORIO DA SILVA : 621.228.354-00

Comprovante de residência
Declaração Circular SUSEP 445/12
Documentos de identificação
Procuração

CRISTIANO MIGUEL PEREIRA : 031.328.174-22

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 12/11/2020
Nome: VALMIR HONORIO DA SILVA
CPF: 621.228.354-00

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 12/11/2020
Nome: JULIANA BEZERRA DE LUNA
CPF: 114.202.964-69

VALMIR HONORIO DA SILVA

JULIANA BEZERRA DE LUNA



PROCURAÇÃO PARTICULAR

OUTORGANTE:

Nome: CRISTIANO MIGUEL PEREIRA
 Nacionalidade: BRASILEIRO Estado civil: SOLTEIRO
 Profissão: —
 Identidade: 5.642.358 SDS-PE CPF: 031.328.174-22
 Endereço: 5ª TVª AGRIMENOM MAGALHÃES, 55A, CSA, J. FRAGOSO - PAULISTA, PE

OUTORGADO:

Nome: VALMIR HONORIO DA SILVA
 Nacionalidade: BRASILEIRO Estado civil: CASADO
 Profissão: —
 Identidade: 2.948.595 SDS-PE CPF: 621.228.354-00
 Endereço: RUA UDIPAJARA, 16, TABAJARA, OLINDA - PE

Pelo presente Instrumento Particular de Procuração, nomeio e constituo meu bastante procurador e outorgado acima qualificado, a quem confio poderes para representar-me perante as SEGURADORAS, referente ao Seguro Obrigatório - DPVAT.

RECIFE 26 de OUTUBRO 2020

LOCAL E DATA:

+ Cristiano Miguel Pereira

ASSINATURA DO OUTORGANTE
(RECONHECER FIRMA POR AUTENTICIDADE)



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3200407620

Cidade: Olinda

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: CRISTIANO MIGUEL PEREIRA

Data do acidente: 31/07/2020

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 19/11/2020

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: TRAUMA EM PERNA DIREITA (SEM FRATURAS). P.3

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR.
ALTA.

Sequelas permanentes:

Sequelas: Sem sequela

Documento/Motivo: Recusa – Sem Sequelas (Evolução Sem Sequela Permanente)

Nome do documento
faltante:

Apontamento do Laudo
do IML:

Conduta mantida:

Quantificação das
sequelas:

Documentos
complementares:

Observações: 3

Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00



PARECER DE ANÁLISE MÉDICA



DADOS DO SINISTRO

Número: 3200407620

Cidade: Olinda

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: CRISTIANO MIGUEL PEREIRA

Data do acidente: 31/07/2020

Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

PARECER REALIZADO COM BASE NA DOCUMENTAÇÃO MÉDICA APRESENTADA PELA VÍTIMA

Data da análise: 19/11/2020

Valoração do IML: 0

Perícia médica: Não

Diagnóstico: TRAUMA EM PERNA DIREITA (SEM FRATURAS). P.3

Resultados terapêuticos: TRATAMENTO CONSERVADOR.
ALTA.

Sequelas permanentes:

Sequelas: Sem sequela

Documento/Motivo: Recusa – Sem Sequelas (Evolução Sem Sequela Permanente)

Nome do documento
faltante:

Apontamento do Laudo
do IML:

Conduta mantida:

Quantificação das
sequelas:

Documentos
complementares:

Observações: 3

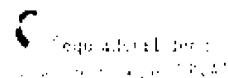
Este parecer substitui os demais pareceres anteriores a esta data.

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
		Total	0 %	R\$ 0,00



RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0323853/20
Vítima: CRISTIANO MIGUEL PEREIRA
CPF: 031.328.174-22
Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

CPF de: Próprio

Data do acidente: 31/07/2020
Titular do CPF: CRISTIANO MIGUEL PEREIRA

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Boletim de ocorrência
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
Outros

VALMIR HONORIO DA SILVA : 621.228.354-00

Comprovante de residência
Declaração Circular SUSEP 445/12
Documentos de identificação
Procuração

CRISTIANO MIGUEL PEREIRA : 031.328.174-22

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 12/11/2020
Nome: VALMIR HONORIO DA SILVA
CPF: 621.228.354-00

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 12/11/2020
Nome: JULIANA BEZERRA DE LUNA
CPF: 114.202.964-69

VALMIR HONORIO DA SILVA

JULIANA BEZERRA DE LUNA





Rua Doutor Osvaldo Machado, 82 - Salgadinho - Clinda - PE
Contatos: (81) 3426-1375 / (81) 96981-5451
E-mail: sinergiaclindamedito@gmail.com

FICHA DE AVALIAÇÃO

DATA: 31/08/2020

Nome: Antonio Miguel Pereira CPF: 031.328.174-22

DN: 14/09/1977 Sexo: Masculino Profissão: _____

Endereço: Rua Alameda da República 55

Telefone Fixo: _____ Nº Celular: _____

Médico: _____ Diagnóstico: Distúrbio de ansiedade

QP: Distúrbio de ansiedade

HDA: Atendimento em 31/08/2020, o paciente relatou que não tem mais medo de sair de casa e não se preocupa mais com a saúde.

Cirurgias Anteriores: _____

DM () HIPERTENÇÃO () CARDIOPATIA () OSTEOPOROSE () OUTROS ()

	DATA	HORA	ASSINATURA		DATA	HORA	ASSINATURA
01	31/08			11	15/09		
02	01/09			12	16/09		
03	02/09			13	17/09		
04	03/09			14	18/09		
05	04/09			15	21/09		
06	08/09			16	22/09		
07	09/09			17	23/09		
08	10/09			18	24/09		
09	11/09			19	25/09		
10	14/09			20	28/09		

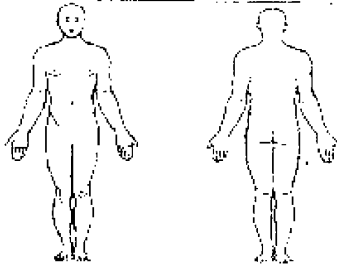


	DATA	HORA	ASSINATURA		DATA	HORA	ASSINATURA
21	20/09		<i>[assinatura]</i>	31	12/10		<i>[assinatura]</i>
22	21/09		<i>[assinatura]</i>	32	14/10		<i>[assinatura]</i>
23	01/10		<i>[assinatura]</i>	33	15/10		<i>[assinatura]</i>
24	02/10		<i>[assinatura]</i>	34	16/10		<i>[assinatura]</i>
25	03/10		<i>[assinatura]</i>	35	19/10		<i>[assinatura]</i>
26	10/10		<i>[assinatura]</i>	36	20/10		<i>[assinatura]</i>
27	11/10		<i>[assinatura]</i>	37	21/10		<i>[assinatura]</i>
28	12/10		<i>[assinatura]</i>	38	22/10		<i>[assinatura]</i>
29	13/10		<i>[assinatura]</i>	39	23/10		<i>[assinatura]</i>
30	14/10		<i>[assinatura]</i>	40	26/10		<i>[assinatura]</i>

*Plano de pagamento () Pacote () A vista Obs: _____

EXAME FÍSICO

1. Escala de dor: 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
2. Características e dor: *[assinatura]*
3. Palpação: *[assinatura]*
4. Edema: _____
5. Sensibilidade: _____
6. Tônus/reflexos: _____
7. Postura/equilíbrio/coordenação: _____
8. Marcha/transferência: _____
9. Estado funcional/ADV's: _____
10. Testes especiais: _____

AREA	ADM	FORÇA(0-5)	
MMS			
MMII			

TRATAMENTO FISIOTERAPEUTICO

PLANO DE TRATAMENTO: _____ SESSÕES: _____ X/SEMANA DIAS: _____

HORÁRIO: _____

Instituição, _____ de _____ de _____.

[assinatura]
Carimbo e Assinatura





Atendimento: 1634604

Data e Hora: 31/07/2020 19:40

Senha da Classificação:

Paciente: 13043 CRISTIANO MIGUEL PEREIRA

Sexo: MASCULINO

Raça/Cor: PARDA

Nome Social:

Etnia:

Data do Nascimento: 14/09/1977 Idade: 42 anos Convenio: 2 SUS - PRONTO ATENDIMENTO

Nome da Mãe: MARIA DAS GRACAS FERREIRA DOS SA Nome do Pai: SEVERINO MIGUEL PEREIRA

Estado Civil: SOLTEIRO

Nome do Médico: ORTOPEDISTA - PLANTONISTA

CRM: 1234567

Endereço: SAO LUIZ

- A

55

Bairro: FRAGOSO

Cidade/UF: OLINDA

PE

Cep: 53060770

Usuário Atendimento: ERIKATF

RG (Identidade): 5642358

SSP/PE

Data de Emissão:

CPF (Cadastro de Pessoa Física): 03132817422

Fone: 88129605

CRN (Certidão de Registro de Nasc):

Data de Emissão CRN:

RESUMO DE TRATAMENTO

Peso: _____ Altura: _____ Temperatura: _____ Hora: _____

Queixa Principal

Dores e
o cheiro de
quedas de urso hif

Exame Físico**Hipótese Diagnóstico**

Contusão e fratura

Conduta Terapêutica

Rx e fraturas

Prescrição Médica

1) Clonazepam 10mg - 1 op dia
20/20

Destino: () Encaminhado ao Ambulatório (X) Residência

Transferido:

Para:

Francisco Rossi
Ortopedista
CRM: 2458 - TEOT: 15991

Senha:

Carimbo/Médico



1634604

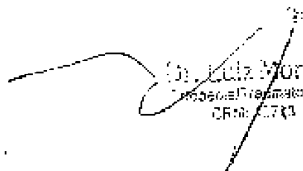


RECEITUÁRIO

Antido Medicar

Continuando Miguel Pereira, deu
entrada nesse Unidade Hospitalar.
Vítima de Hc. de Trancão, em
31/07/2020. O mesmo tem uma
lesão e contusão no Torço
(end 10.573.4), sem de excisão
do corpo, segue curado e
desmetabolado. Encaminhado para
realização de 40 sessões de fisio-
terapia.

Ata Antidotal em:
31/07/2020


Dr. Luiz Moraes
Médico Especialista
CRM 1741

O LEITE MATERNO É O MELHOR ALIMENTO PARA SEU FILHO



UPA 24 HORAS - OLINDA

Resumo da Classificação de Risco - Protocolo

PROTOCOLO CLASSIFICAÇÃO REDE IMIP

Data e hora retirada da senha: 31/07/2020 19:35

	Nome Paciente:	CRISTIANO MIGUEL PEREIRA
	Cód. Paciente:	
	Data de Nascimento:	14/09/1977
	Sexo:	Masculino
	Idade:	42 anos
	Senha:	0139
	Convênio:	-
Atendimento:	SAME:	

Período: 31/07/2020 19:37 - 31/07/2020 19:38

MARIA ROSECLEIDE MOREIRA - COREN: 176868 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - CLASSIFICAÇÃO

Prioridade: **URGENCIA - AMARELO**

Cor: **AMARELO**

Queixa Principal: TRAZIDO PELO SAMU OLINDA COM RELATO DE QUEDA DE MOTO COM DOR EM MSD + ESCORIAÇÕES, NEGA VÔMITO E DESMAIO

Observação: NEGA ALERGIA

Fluxograma sintoma: SITUAÇÕES ESPECIAIS

Discriminador(es): - PACIENTES EM AMBULÂNCIA DO SAMU, BOMBEIRO E MUNICIPAIS

Especialidade: ORTOPEDIA/TRAUMATOLOGIA

Sinais Vitais Lidos:

- P.A. DIASTOLICA: 70.00 MMHG
- P.A. SISTOLICA: 30.00 MMHG
- SATURAÇÃO DE OXIGÊNIO: 100.00 %
- TEMPERATURA(C): 36.60 °C

Acolhido(a) por: MARIA ROSECLEIDE MOREIRA - COREN: 176868 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)

Data Impressão: 31/07/2020 19:38

Sistema de Acolhimento com Classificação de Risco

Página 1 de 1





DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site www.seguradoralider.com.br ou entre em contato através de um dos números abaixo:

Central de Atendimento (para consultas sobre indenizações e prêmios, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h)
Capitais e regiões metropolitanas: 4020-1596 / Outras regiões: 0800 022 12 04

SAC (para reclamações e sugestões, 24 horas por dia): 0800 022 81 89 | SAC (para deficientes auditivos e de fala): 0800 022 12 06 | Central Ouvidoria: 0800 021 91 35

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

O preenchimento deste Formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular Número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.susep.gov.br/BIBLIOTECAWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoais, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de profissão e renda, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, esta recusa é passível de comunicação ao CONEF.

¹ SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE SEGURO, PRÉVIO À CRIAÇÃO DA VAIXA ABERTA, DE CAPITALIZAÇÃO E RESEGURO. ² CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS - CONEF, ÓRGÃO INTEGRANTE DA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, ILUMINAR FINALIDADE DISCIPLINAR, APLICAR PENAS ADMINISTRATIVAS, RECEBER, EXAMINAR E IDENTIFICAR AS OCORRÊNCIAS SUSPEITAS DE ATIVIDADES ILÍCITAS PREVISTAS NA Lei Nº 9.613/98

Pelo exposto, eu VALMIR HONORIO DA SILVA

inscrito(a) no CPF/CNPJ nº 626.228.354 / 00 na qualidade de Procurador(a) / Intermediário(a) do Beneficiário

CRISTIANO MIGUEL PEREIRA inscrito(a) no CPF sob o nº 036.328.174 / 22

do sinistro de DPVAT cobertura INVALIDEZ da Vítima CRISTIANO MIGUEL PEREIRA

inscrito(a) no CPF sob o nº 036.328.174 / 22 conforme determinação da Circular Susep 445/12:

Declaro Profissão: _____ Renda: _____ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência, junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência do endereço informado. Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço: RUA UBIRAJARA
Bairro: TABAJARA Cidade: OLINDA
E-mail: _____

Número: 16
Estado: PE

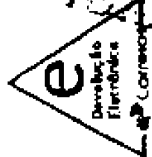
Complemento: _____
CEP: 53.360-530
Tel.(DDD): 81.98790-9451

Local e Data: RECIFE, 26 DE OUTUBRO 2020.

Valmir Honorio da Silva
Assinatura do Declarante



ASL-0234106/20
juliana.jurnal.0007
06/03/2020 16:00:33



ASL-0237133/20
Juliana.Juna.0007
13/03/2020 13:50:33



ASL-0273133/20
juliana.luna.0007
06/03/2020 10:59:33

[illegible]

ASL-027
juliana.luna
33/03/2020



ASL-0271103/20
juliana.luna.0007
08/03/2020 10:55:58

ASL-0277103/20
juliana.luna.0007
08/03/2020 11:00:00





Tarifa Social de Energia Elétrica Criada pela Lei 10.438, de 26/04/02

Companhia Eletrobrás de Pernambuco
Av. João de Barros, 111 - Boa Vista, 64070-920
CEP: 55035-520/0001-01 - Fone: (085) 843-93 | www.celpe.com.br

DADOS DO CLIENTE

MARIA DAS CHACAS FERREIRA DOS SANTOS

CPF: 685.560.04-04

CLASSIFICAÇÃO
B1 - RESIDENCIAL
RESIDENCIAL
MORADIA

ENDEREÇO DA UNIDADE CONSUMIDORA
RUA SANTO ANTONIO MAGALHÃES 25 - A
1-4

SITIO FRAGOSA DA ALBUQUERQUE
RUA SANTO ANTONIO
55400-100

PERÍODO DE FATORAÇÃO	DATA DE FATORAÇÃO	DATA DE VENCIMENTO
12/03/2020	12/03/2020	12/03/2020

7036129284	10/2020
20/10/2020	11/11/2020
195,82	

RESUMO DA CONTA

DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	PREÇO (R\$)	VALOR (R\$)
Consumo Básico (Residencial)	27,47 kWh	0,472848	12,98
Consumo Adicional (TARIFA)	2,9 kWh	0,552601	1,60
Contribuição para o Fatoramento			1,50
Outras Rubricas (CELPE - 118 - 20/04 - 15/05/20)			1,50
Total			195,82

PERÍODO	Tipo de Medição	Anterior	Atual	Diferença	Consumo (kWh)
12/03/2020	12/03/2020	12/03/2020	12/03/2020	12/03/2020	12/03/2020

PERÍODO	Tipo de Medição	Anterior	Atual	Diferença	Consumo (kWh)
12/03/2020	12/03/2020	12/03/2020	12/03/2020	12/03/2020	12/03/2020

Este documento é uma cópia eletrônica da fatura de energia elétrica emitida pela CELPE. A fatura é emitida em nome do titular da conta e não pode ser utilizada para fins de comprovação de pagamento. A fatura é emitida em nome do titular da conta e não pode ser utilizada para fins de comprovação de pagamento.

ATENÇÃO: CELPE INFORMA QUE VOCÊ POSSUI CONTAS EM ABERTO. Se você possui contas em aberto, por favor, regularize-as o mais rápido possível para evitar o corte de energia.

Este documento é uma cópia eletrônica da fatura de energia elétrica emitida pela CELPE. A fatura é emitida em nome do titular da conta e não pode ser utilizada para fins de comprovação de pagamento.

PERÍODO	Tipo de Medição	Anterior	Atual	Diferença	Consumo (kWh)
12/03/2020	12/03/2020	12/03/2020	12/03/2020	12/03/2020	12/03/2020





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 024ª CIRCUNSCRIÇÃO - VARADOURO - DP24ªCIRC
DIM/7ªDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. **20E0114005479**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **04/11/2020** às **12:14**

ACIDENTE DE TRÂNSITO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumados) que aconteceu no dia **31/7/2020** às **19:00**

Fato ocorrido no endereço: **OLINDA, 1, RODOVIA PE-15 - OURO PRETO - Bairro: BULTRINS - OLINDA/PERNAMBUCO/BRASIL - CEP: 53370-491 - Ponto de Referência: SUBIDA DO VIADUTO DE OURO PRETO**

Local do Fato: **VIA PÚBLICA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

NAO SE APLICA (AUTOR/AGENTE)

CRISTIANO MIGUEL PEREIRA (VÍTIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): CRISTIANO MIGUEL PEREIRA

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

CRISTIANO MIGUEL PEREIRA (presente ao plantão) - Sexo: Masculino

Mãe: MARIA DAS GRACAS FERREIRA DOS SANTOS Pai: SEVERINO MIGUEL PEREIRA Data de Nascimento: 14/9/1977

Naturalidade: PAULISTA / PERNAMBUCO / BRASIL

Documentos: 5642368/SDS/PE (RG). 03132817422 (CPF) Estado Civil: SOLTEIRO(A) Escolaridade: 2º. GRAU COMPLETO

Profissão: VIGILANTE

Telefones Celulares:

- 988129605

Endereço Residencial: BAIRRO DE FRAGOSO (BAIRRO), 55, 5 TRAVESSA AGAMENON MAGALHAES, CASA A - CEP: 55000-000 - Bairro: FRAGOSO - PAULISTA/PERNAMBUCO/BRASIL

NAO SE APLICA (não presente ao plantão) - Sexo: Desconhecido

Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

MOTO (VEICULO) de propriedade do(a) Sr(a): CRISTIANO MIGUEL PEREIRA, que estava em posse do(a) Sr(a): CRISTIANO MIGUEL PEREIRA

CRISTIANO MIGUEL PEREIRA

Categoria/Marca/Modelo: MOTOCICLETA/HONDA/NXR 125 BROS ES Objeto apreendido: Não

Cor: PRATA - Quantidade: 1,000 (UNIDADE NÃO INFORMADA)

Placa: PET5474 (PERNAMBUCO/NÃO INFORMADO)

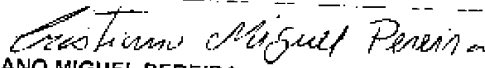
Complemento / Observação

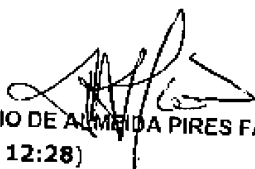
INFORMOU A VÍTIMA QUE SEGUIA PELA LOCALIDADE CITADA PILOTANDO SUA MOTOCICLETA QUANDO NA SUBIDA DO



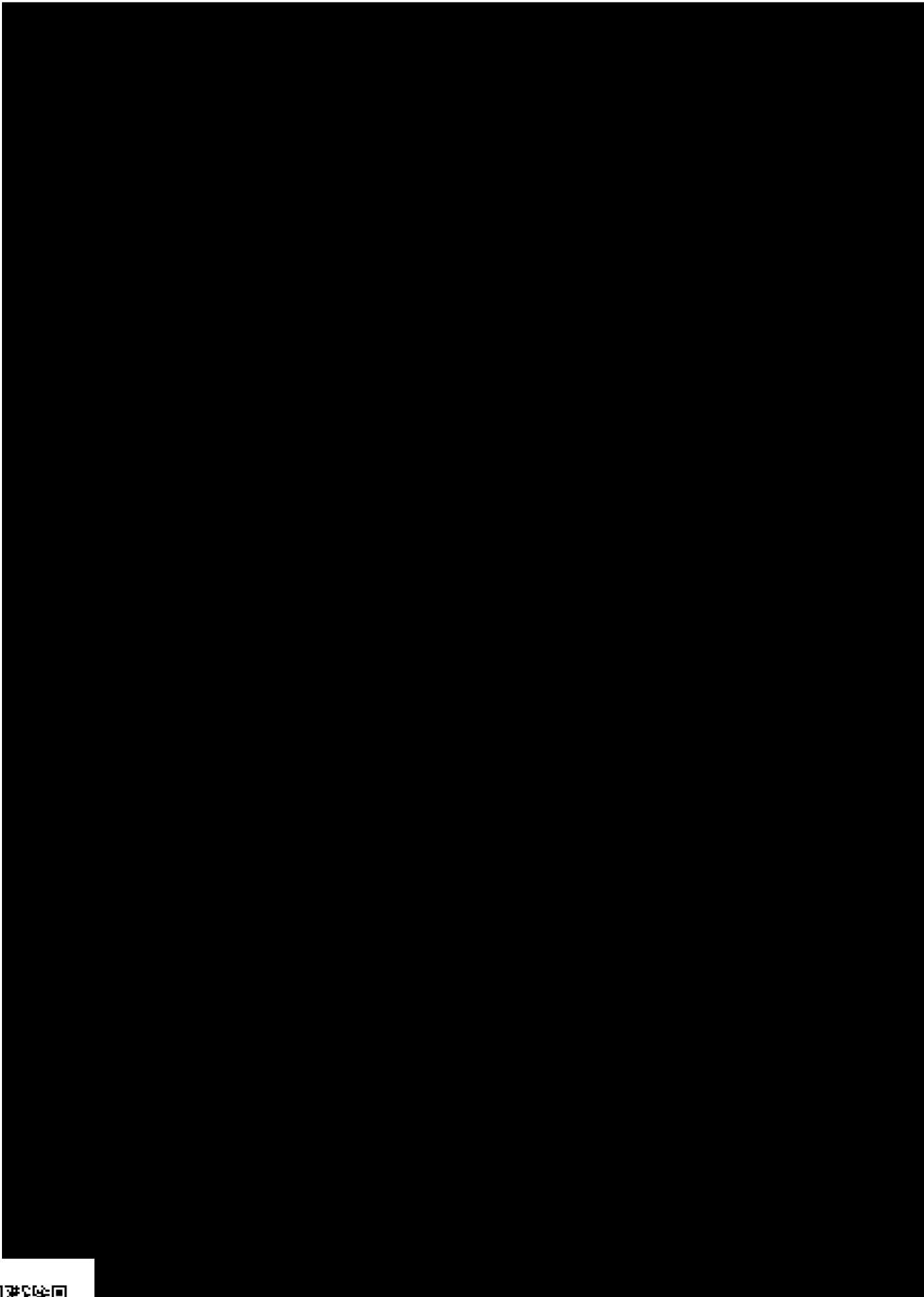
VIADUTO VEIO A CAIR NUM BURACO E PERDER O CONTROLE DA MOTO E CAIR NO CHÃO. FOI SOCORRIDO PARA UPA DE OLIND CONFORME PRONTUARIO Nº 1634604.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial


CRISTIANO MIGUEL PEREIRA
(VITIMA)


B.O. registrado por: TITO FLAVIO DE ALMEIDA PIRES FALCAO - Matrícula: 220.926-8
(Liberado em 04/11/2020 às 12:28)





PEDIDO DO SEGURO DPVAT

Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DADS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 031.328.174-22 3 - CPF da vítima: 031.328.174-22 4 - Nome completo da vítima: CRISTIANO MIGUEL PEREIRA.

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: CRISTIANO MIGUEL PEREIRA 6 - CPF: 031.328.174-22
7 - Profissão: RECUSA 8 - Endereço: 5ª TVª AGAMENOM MAGALHÃES 9 - Número: 55A 10 - Complemento: CSA A
11 - Bairro: SÍTIO FRAZOSO 12 - Cidade: PAULISTA 13 - Estado: PE 14 - CEP: 53.400-000
15 - E-mail: 16 - Tel.(DDD): 81.9.8535-2092

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, residir no endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA: ☒ RECUSO INFORMAR ☐ R\$1.000,00 A R\$2.000,00 ☐ R\$2.500,00 ATÉ R\$5.000,00
☐ SEM RENDA ☐ R\$1.000,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUANÇA (somente para os bancos abaixo - Resalte uma opção) ☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos):
☐ Bradesco (237) ☐ Itau (341) Nome do BANCO:
☒ Banco do Brasil (001) ☐ Caixa Econômica Federal (104)

AGÊNCIA: 0821 4 CONTA: 73.569 8 AGÊNCIA: CONTA:
(Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir) (Informar o dígito se existir)

Autorizo a Seguradora Líder a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a meu crédito de direito, renunciando e dando, desde já e somente após a efetivação do crédito, quitação total do valor devido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

☒ Declaro, sob as penas da Lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 194/74), uma vez que:

- Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
- O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Solicito a apresentação da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, por invalidez permanente, com base na documentação médica apresentada, sem a apresentação do laudo do IML, concordando, desde já, em me submeter à análise médica presencial, caso necessário, às custas da Seguradora Líder para verificação da existência e quantificação das lesões permanentes decorrentes de acidente de trânsito causado por veículo automotor, conforme disposto na Lei 6.194/74.

Declaro que esta autorização não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a avaliação médica, caso o tempo da não contestação.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (ou Civil) ☐ Divorciado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima:

25 - Grupo Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheira(o): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheira(o), informar o nome completo:

28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se tinha filhos, informar: ☐ Sim ☐ Não 30 - Vítima deixou nascituro(a) ou neonato(a)? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se tinha irmãos, informar: ☐ Sim ☐ Não 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a Seguradora Líder pagará, caso devida, a indenização do Seguro DPVAT por morte apenas aos beneficiários que se apresentarem e comprovarem esta condição, estando ciente, ainda, de que qualquer omissão ou falsificação não verdadeira poderá gerar a obrigação de restituir o valor recebido, a título de restituição criminal, por infração do artigo 299 do Código Penal.

34 - 35 - Nome legível de quem assina a pedido (a rgo):

36 - CPF legível de quem assina a pedido (a rgo):

37 - Assinatura de quem assina a pedido (a rgo):

38 - 1ª | Nome: CPF:

Assinatura da testemunha

39 - 2ª | Nome: CPF:

Assinatura da testemunha

40 - Data e Hora: 26 de outubro 2020

* Cristiano Miguel Pereira

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (do(a) ante):

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver):

43 - Assinatura do Procurador (se houver):

PS-001 V002/2019



Em caso de dúvidas, acesse o nosso site www.seguradoralider.com.br. Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 24 de Novembro de 2020

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3200407620

Vítima: CRISTIANO MIGUEL PEREIRA

Data do Acidente: 31/07/2020

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PEDIDO DO SEGURO DPVAT NEGADO

Senhor(a), CRISTIANO MIGUEL PEREIRA

Após a análise dos documentos apresentados do pedido do Seguro DPVAT, a indenização foi negada, conforme esclarecemos:

Os documentos médicos apresentados não evidenciam a presença de sequelas permanentes, que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica, não sendo caracterizada invalidez permanente coberta pelo Seguro DPVAT. Realizado tratamento conservador, conforme documento médico, datado de 31/07/2020, emitido pelo Dr. FRANCISCO ROSSI CRM nº 29368 - PE, da Instituição UPA OLINDA, que informa evolução sem sequela permanente e não sendo comprovada a existência de invalidez permanente.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você

Pag. 01209/01210 - carta_31 - INVALIDEZ

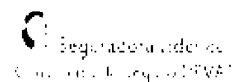
00020605



Carta nº 16336832



RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0316592/20
Vítima: CRISTIANO MIGUEL PEREIRA
CPF: 031.328.174-22
Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

Data do acidente: 31/07/2020
CPF de: Próprio
Titular do CPF: CRISTIANO MIGUEL PEREIRA

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Boletim de ocorrência
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
Outros

VALMIR HONORIO DA SILVA : 621.228.354-00

Comprovante de residência
Declaração Circular SUSEP 445/12
Documentos de identificação
Procuração

CRISTIANO MIGUEL PEREIRA : 031.328.174-22

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 06/11/2020
Nome: VALMIR HONORIO DA SILVA
CPF: 621.228.354-00

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 06/11/2020
Nome: JULIANA BEZERRA DE LUNA
CPF: 114.202.964-69

VALMIR HONORIO DA SILVA

JULIANA BEZERRA DE LUNA



PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: HUMBERTO ARAÚJO DE SOUZA, brasileiro(a),
estado civil CASADO, profissão MOTORISTA, CI RG nº
4971721-SDS-PE, CPF/MF nº 002.014.004-56, residente e domiciliado(a)
à Rua COREIA DO NORTE, 36, CRUZ D'ARBORÇAS, Cidade de
IGARASSU, Estado PERNAMBUCO, CEP:
53.000-600, telefone 81.9.8330-8335.

OUTORGADO: VALMIR HONORIO DA SILVA, brasileiro,
CASADO, CNPJ/CPF 621.228.354-00,
sob o nº RG. 2948595 - SDS-PE, com endereço profissional à
RUA UBIARA, 16, TABOAJARA, na cidade de
OLINDA, Estado do PERNAMBUCO.

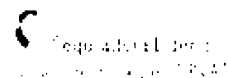
PODERES: Concede poderes especiais do outorgado para: Enviar documentos, receber correspondências, solicitar informações por escrito ou por telefone, ter acesso ao número do sinistro, acompanhar o andamento do sinistro e apresentar documentos referentes ao sinistro, junto a Seguradora Líder, Seguradoras conveniadas a Líder DPVAT e a Susep.
Obs.: É de responsabilidade do outorgante a veracidade das informações e documentos apresentados e disponibilizados ao outorgado.

RECIFE, 06 de NOVEMBRO de 2020.

* Humberto Araújo de Souza
OUTORGANTE



RECIBO DE APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS



IDENTIFICAÇÃO DO SINISTRO

ASL-0316592/20
Vítima: CRISTIANO MIGUEL PEREIRA
CPF: 031.328.174-22
Seguradora: MBM SEGURADORA S/A

CPF de: Próprio

Data do acidente: 31/07/2020
Titular do CPF: CRISTIANO MIGUEL PEREIRA

DOCUMENTOS APRESENTADOS

Sinistro

Boletim de ocorrência
Declaração de Inexistência de IML
Documentação médico-hospitalar
Documentos de identificação
Outros

VALMIR HONORIO DA SILVA : 621.228.354-00

Comprovante de residência
Declaração Circular SUSEP 445/12
Documentos de identificação
Procuração

CRISTIANO MIGUEL PEREIRA : 031.328.174-22

Autorização de pagamento
Comprovante de residência

ATENÇÃO

O prazo para o pagamento da indenização é de 30 dias, contados a partir da apresentação da documentação completa. Para informações sobre o Seguro DPVAT e consulta do andamento de processos de indenização, acesse www.dpvatseguro.com.br ou ligue para Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8H às 20H: 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato, 24H por dia, com o SAC: 0800 022 8189.

A indenização por invalidez permanente é de até R\$ 13.500,00. Esse valor varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na lei 6194/74.

A responsabilidade pela guarda dos documentos originais é do interessado/vítima.

Portador da documentação apresentada

Data da apresentação: 06/11/2020
Nome: VALMIR HONORIO DA SILVA
CPF: 621.228.354-00

Responsável pelo cadastramento na seguradora

Data do cadastramento: 06/11/2020
Nome: JULIANA BEZERRA DE LUNA
CPF: 114.202.964-69

VALMIR HONORIO DA SILVA

JULIANA BEZERRA DE LUNA



REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
MINISTERIO DAS CRIANÇAS
DEPARTAMENTO NACIONAL DO TRÁFICO
E ABUSO NA INFÂNCIA E JUVENTUDE

SECRETARIA ALACIO DE SOUZA

42.172.100-20

DATA NASCIMENTO: 02/04/1978

ESTADO CIVIL: CASADO

PROFISSÃO: SECRETÁRIO DE AR

CPF: 025.574.334-1

DATA NASCIMENTO: 30/04/2000

DATA NASCIMENTO: 22/12/2007

VALIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

1482743341

PROBANDO PLASTIFICAR

1482743341

LOCAL: OLINDA, PE

DATA REALIZADO: 22/07/2017

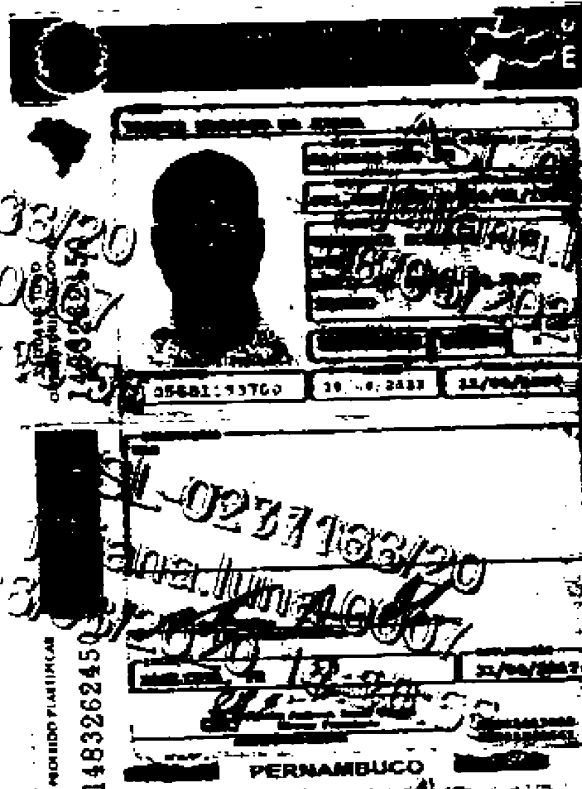
Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR

79417000454

2807940001

PERNAMBUCO





ASL-0237133/20
juliana.luna.0007
36/03/2020 11:16:01

ASL-0237133/20
juliana.luna.0007
36/03/2020 11:16:01

ASL-0237133/20
juliana.luna.0007
36/03/2020 11:16:01

ASL-0237133/20
juliana.luna.0007
36/03/2020 11:16:01

ASL-0237133/20
juliana.luna.0007
36/03/2020 11:16:01

ASL-0237133/20
juliana.luna.0007
36/03/2020 11:16:01

ASL-0237133/20
juliana.luna.0007
36/03/2020 11:16:01

ASL-0237133/20
juliana.luna.0007
36/03/2020 11:16:01



50

HOSPITAL GETÚLIO VARGAS
SERVIÇO DE DOCUMENTAÇÃO CIENTÍFICA



BOLETIM DE ESCLARECIMENTO

NOME: HUMBERTO ARAUJO DE SOUZA

1. Ocorrência da Emergência: 512820

1.1 - Atendimentos em: 27/11/17

1.2 - Às 00 horas e 44 minutos.

1.3 - Internado:

1.4 - Retirou-se em 28/11/17.

2. Internamento Eletivo – Reg. Geral No. 1070374

2.1 – Internado em:

2.2 - Alta em:

**3. Hipótese Diagnóstica: 1) FRATURA DE ESCÁPULA ESQUERDA.
2) FERIMENTO EM COTOVELO DIREITO.**

**4. Tratamento: 1) ANALGESIA. 2) SUTURA EM COTOVELO DIREITO.
3) TRANSFERIDO PARA OUTRO HOSPITAL.**

5. Observação: ACIDENTE DE TRÂNSITO HÁ 7 HORAS DA ADMISSÃO.

DATA: 10.1.2018

HORA: 11:07:39

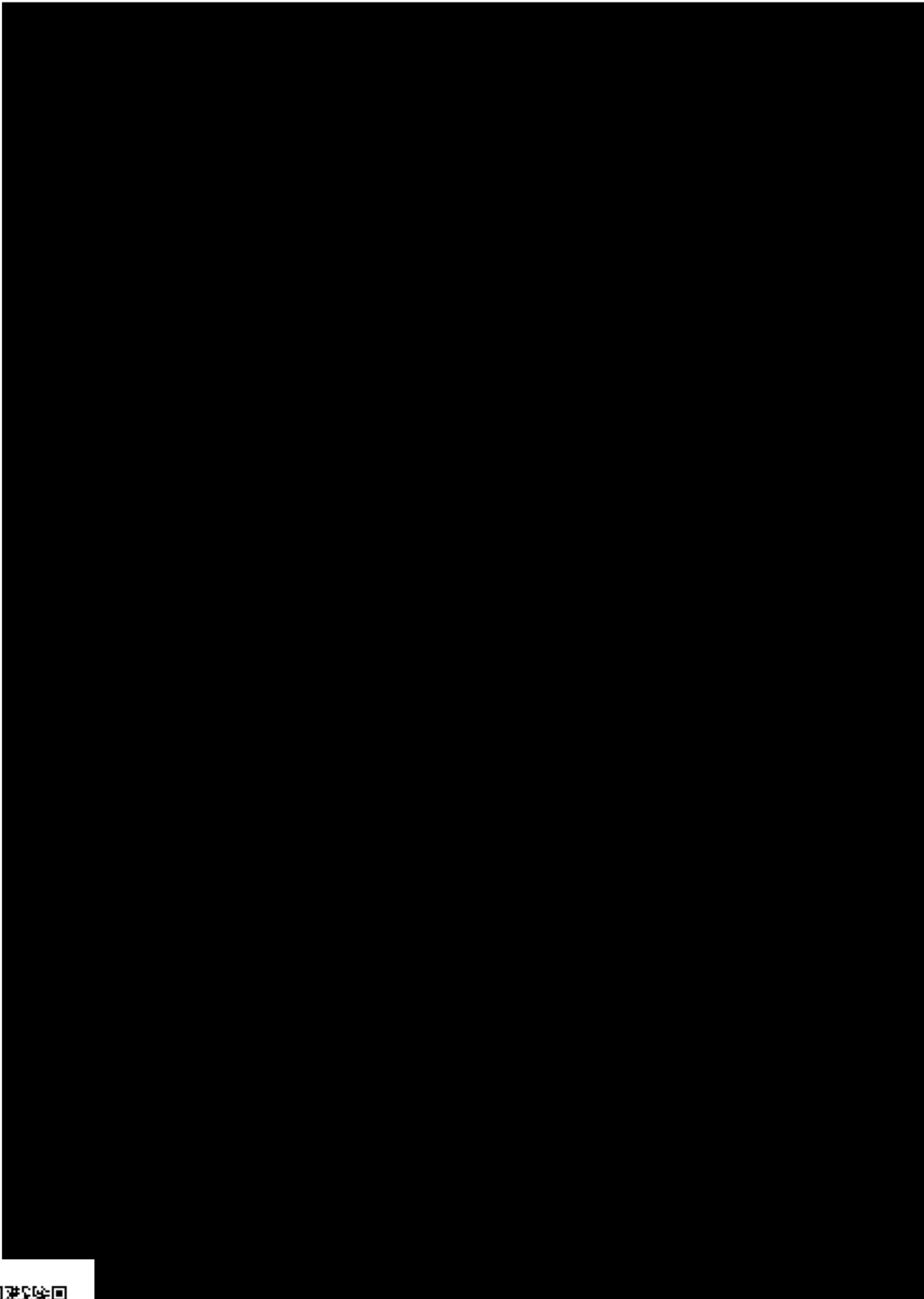
PASTA: 01.01.2018

JGAS

RS


Jéssica Guio de Araújo Sá
Dermatologista
CRM 15.984 RQE 2167
Dra. Jéssica Guio de Araújo Sá





Paciente:

found

Prontuário:

Data:

T92 / 84.0

Assinatura _____

Washington P. S. Never
Medico
CREME 0105



UNIVERSITY
HOSPITAL OF
HAWAII

Av. Dr. Sá Pereira - Centro - Igarassu - PE. CEP. 53600-000 CGC: 12.052.234.0003-00
Fone/Fax. 3543-0566 - E-mail: uni-igarassu@hotmail.com





Rua Doutor Osvaldo Machado, 62 - Saigadinho - Olinda - PE

Contatos: (81) 3426-1375 / (81) 99961-5451

E-mail: sinergiaatendimento@gmail.com

FICHA DE AVALIAÇÃO

DATA: 10/08/2020

Nome: Humberto Azevedo de Souza CPF: 002.014.004-56

DN: 30/01/1975 Sexo: masculino Profissão: _____

Endereço: Rua Maria do Leite 36 / Cruz de Retorno
Sorocaba

Telefone Fixo: _____ N° Celular: _____

Médico: _____ Diagnóstico: Próstata Enxapada (C)

QP: D01

HDA: No dia 26/11/2012 o paciente estava no via, (primeira
o momento de um banho, quando foi surpreendido e
atrapalhado por um líquido viscoso.

Cirurgias Anteriores: _____

DM () HIPERTENÇÃO () CARDIOPATIA () OSTEOPOROSE () OUTROS ()

	DATA	HORA	ASSINATURA		DATA	HORA	ASSINATURA
01	10/08		Humberto	11	24/08		Humberto
02	11/08		Humberto	12	25/08		Humberto
03	12/08		Humberto	13	26/08		Humberto
04	13/08		Humberto	14	27/08		Humberto
05	14/08		Humberto	15	28/08		Humberto
06	17/08		Humberto	16	31/08		Humberto
07	18/08		Humberto	17	01/09		Humberto
08	19/08		Humberto	18	02/09		Humberto
09	20/08		Humberto	19	03/09		Humberto
10	21/08		Humberto	20	04/09		Humberto

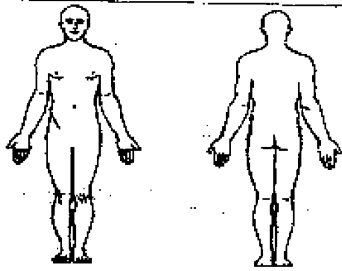


	DATA	HORA	ASSINATURA		DATA	HORA	ASSINATURA
21	08/09		<i>Humberto</i>	31	22/09		<i>Humberto</i>
22	09/09		<i>Humberto</i>	32	23/09		<i>Humberto</i>
23	10/09		<i>Humberto</i>	33	24/09		<i>Humberto</i>
24	11/09		<i>Humberto</i>	34	25/09		<i>Humberto</i>
25	14/09		<i>Humberto</i>	35	28/09		<i>Humberto</i>
26	15/09		<i>Humberto</i>	36	29/09		<i>Humberto</i>
27	16/09		<i>Humberto</i>	37	30/09		<i>Humberto</i>
28	17/09		<i>Humberto</i>	38	01/10		<i>Humberto</i>
29	18/09		<i>Humberto</i>	39	02/10		<i>Humberto</i>
30	21/09		<i>Humberto</i>	40	05/10		<i>Humberto</i>

* Plano de pagamento () Pacote () A vista Obs: _____

EXAME FÍSICO

- Escala de dor: 0 1 2 3 4 5 6 7 8 9 10
- Características e dor: *Palmo*
- Palpação: *Doloroso*
- Edema: _____
- Sensibilidade: _____
- Tônus/reflexos: _____
- Postura/equilíbrio/coordenação: _____
- Marcha/transfêrencia: _____
- Estado funcional/ADVs: _____
- Testes especiais: _____

AREA	ADM	FORÇA(0-5)	
MMS			
MMII			

TRATAMENTO FISIOTERAPÊUTICO

PLANO DE TRATAMENTO: _____ SESSÕES: _____ X/SEMANA DIAS: _____

HORÁRIO: _____

Instituição, _____ de _____

Geovani Ferreira
Fisioterapeuta
CREFITO: 1609X3-F

Geovani Ferreira

Carimbo e Assinatura





Nome: HUMBERTO ARAUJO DE SOUZA **Nº registro:** 716762
Dt. Nasc.: 30/01/75 - 42 ano (s) **Sexo:** Masculino
Mãe: JOSIRA RODRIGUES DE ARAUJO **Fone:**
SEM SUS
Endereço: R BELA VISTA, nº 134, CRUZ DE REBOLSA, IGARASSU - PE
Data/hora: 26/11/2017 - 21:35 **Nº pág.:** 1/4
Sector: Leito:

FICHA DE NOTIFICAÇÃO INDIVIDUAL DE VÍTIMAS DE ACIDENTE DE TRANSPORTE TERRESTRE

Definição do caso: Acidente de Transporte Terrestre (ATT) é todo acidente que envolve um veículo destinado, ou usado no momento do acidente, principalmente para transporte terrestre de pessoas ou mercadorias de um lugar para outro.

1. Município de Notificação: Vitória de Santo Antão - PE **2. Geres:**

3. Unidade Sentinela: Hospital João Murilo **4. CNES:**

12. Nome de registro (Civil): **13. Nome social:**

14. Nome da mãe:

15. Gênero: CIS

16. Raça/Cor

☐ Branca

☐ Amarela

☐ Indígena

☒ Preta

☒ Parda

☐ Ignorada

17. Ocupação relacionada ao setor de transporte

1. () Sim

2. (X) Não

18. Natureza da ocupação relacionada ao setor de transporte

☐ Motorista de carro de passeio

☐ Condutor de veículo de tração animal

☐ Motorista de táxi

☐ Condutor de veículo de pedais

☐ Motorista de ônibus/similar

☐ Mototaxi

☐ Motorista de Caminhão

☒ Não se aplica

☐ Motofretista

Outros:

19. Ocupação não relacionada ao setor de transporte

COREN: 477930

Enf. MIRELLY PRYSCILLA MELO BEZERRA

Av. Henrique de Holanda nº87, Matriz CEP: 55602-000 - Vitória de Santo Antão/PE
Contato: (81) 3526-8833





Nome: HUMBERTO ARAUJO DE SOUZA **Nº registro:** 716762
Dt. Nasc.: 30/01/75 - 42 ano (s) **Sexo:** Masculino
Mãe: JOSIRA RODRIGUES DE ARAUJO **Fone:**
SEM SUS
Endereço: R BELA VISTA, nº 134, CRUZ DE REBOLSA. IGARASSU - PE
Data/hora: 26/11/2017 - 21:35 **Nº pág.:** 4/4
Setor: Leito:

46. Desrespeito ao semáforo IGNORADO

47. Outro fator relacionado ao acidente

- | | |
|--|--|
| ☐ Buraco na via | ☐ Pedestre alcoolizado |
| ☐ Ausência de sinalização na via | ☒ Nenhum outro fator |
| ☐ Travessia de pedestre fora da faixa | ☐ Outro fator |
| ☐ Desvio de animal na pista | |

48. Evolução em 48 horas do atendimento de serviço

- | | |
|--|--|
| ☐ Alta | ☐ Evasão/Fuga |
| ☐ Encaminhamento ambulatorial | ☐ Óbito |
| ☐ Internação hospitalar | ☐ Não se aplica |
| ☐ Transferência p/ outra unidade de saúde | |

49. Observações

COREN: 477930
Enf. MIRELLY PRYSCILLA MELO BEZERRA

Av. Henrique de Holanda nº87, Matriz CEP: 55602-000 - Vitória de Santo Antão/PE
Contato: (81) 3526-8833





Nome: HUMBERTO ARAUJO DE SOUZA **Nº registro:** 716762
Dt. Nasc.: 30/01/75 - 42 ano (s) **Sexo:** Masculino
Mãe: JOSIRA RODRIGUES DE ARAUJO **Fone:**
SEM SUS
Endereço: R BELA VISTA, nº 134, CRUZ DE REBOLSA. IGARASSU - PE
Data/hora: 26/11/2017 - 21:35 **Nº pág.:** 3/4
Setor: Leito:

☐ Motocicleta ☐ Veículo pesado ☐ Trem/Metro

34. Natureza do acidente

☒ Colisão/Abalroamento ☐ Tombamento ou Capotamento ☐ Choque com objeto fixo
☐ Atropelamento ☐ Queda em/do veículo ☐ Outros

35. Outra parte envolvida no acidente

☐ Automóvel ☐ Objeto Fixo ☐ Pedestre
☐ Motocicleta ☐ Animal ☐ Trem/Metrô
☐ Bicicleta ☒ Veículo Pesado ☐ Não se aplica
☐ Ônibus/similar ☐ Veículo de tração animal/Animal montado

36. Acidente relacionado ao trabalho

☐ Durante o serviço/trabalho ☐ Não relacionado ao trabalho
☐ Indo ou voltando do trabalho ☒ Não se aplica

FATORES RELACIONADOS AO ACIDENTE

37. Excesso de velocidade pelo condutor SIM
38. Sono/fadiga do condutor NÃO
39. Condutor habilitado IGNORADO
40. Uso de capacete pela vítima IGNORADO
41. Uso de cinto de segurança/Equipamento de retenção pela vítima IGNORADO
42. Uso de celular IGNORADO
43. Uso de bebida alcoólica pelo condutor IGNORADO

44. Natureza da lesão:
outra.

45. Parte/Região do corpo atingida (diagnóstico principal): MEMBROS SUPERIORES

COREN: 477930
Enf. MIRELLY PRYSCILLA MELO BEZERRA

Av. Henrique de Holanda nº87, Matriz CEP: 55602-000 - Vitória de Santo Antão/PE
Contato: (81) 3526-8833



ORIGEM: SUS - INTERNACAO

Atendimento: 144103

Nascimento: 20/01/1975

Identificação:

Prontuário: 745248

Sexo: Masculino

Nome: MURAMATO AMARO DE SOUZA

Data e Hora do Atendimento: 25/01/17 14:31:50

Idade: 42 anos 9 meses e 29 dias

Profissão:

Escolaridade:

CPF:

Identidade: 4871722

Telefone:

Endereço:

Estado Civil:

Cartão SUS:

Endereço: RUA ROSITA RODRIGUES DE ARAUJO

Nome do Pai: SEVERINO FRANCISCO DE SOUZA

Endereço: RUA CORDEIRO NORTE, PRONTOPO, CEP: 55645423, Nº 36, IGARASSU - PE

Profissão:

Atividade Profissional: CLINICA CIRURGICA ORTOPEDICA

Enfermagem / Área: ENFERMAGEM - LEITO 04

Atividade Profissional: ANTONIO ANDRE LIMA DA SILVA - CRM: 25129

Clínica:

Forma da Doença Atual:

RESUMO DE INTERNAMENTO

ATENDIMENTO HA 1 DIA APRESENTANDO DOR E LIMITAÇÃO FUNCIONAL EM OMERO ESQ.

ANTECEDENTES PESSOAIS E HEREDITARIOS:

NEGA CONDIÇÕES, NEGA ALERGIA A MEDICAMENTOS

EXAME FÍSICO GERAL:

PAZ, BOA DO, HIDRATADO, EUPNEICO, ACINOTICO, ANOSTERICO, AFEBRIL, CONSCIENTE E ORIENTADO

EXAME FÍSICO - VASCULOS:

SEM SINAIS DE SORRO

EXAME RESPIRATORIO:

SEM SINAIS DE SORRO

SISTEMA

ST

EXAME FÍSICO - GASTRO:

ST

EXAME:

EXAME FÍSICO - GASTRO:

EXAME FÍSICO - GASTRO:

EXAME FÍSICO - GASTRO:

EXAME FÍSICO - GASTRO:

DATA: 25/01/2017

HORA DE SAÍDA:

ANTONIO ANDRE LIMA DA SILVA - CRM: 25129

Av. General Manoel Ribeiro - Nº126 - Centro - Jaboatão dos Guararapes - CEP: 54160-000

TELEFONE: 3482-9888 - www.hntjpe.org



Processo:

GESTÃO DE PESSOAS

CÓDIGO

FAT.SAM.01

REVISÃO

00

INFORMAMOS QUE ESTA FICHA FOI CONFECCIONADA A PARTIR DE DADOS EXTRAÍDOS EXCLUSIVAMENTE DO PRONTUÁRIO MÉDICO DO (A) PACIENTE ABAIXO IDENTIFICADO (A).

NOME: Humberto Araújo de Souza

REGISTRO: 746248 DATA DE NASCIMENTO: 30/01/1975

RG: 4971722 ÓRGÃO EMISSOR: SSP-PE

ENDEREÇO: Rua Conquista do Norte N.º.36
Cruz de Rebouças - Igarassu

NOME DA MÃE: Jouza Rodrigues de Araújo

DATA ADMISSÃO: 28/11/17 DATA ALTA: 29/11/17

DATA DO PROCEDIMENTO: - / - / - CID: S42.2

DIAGNÓSTICO: Fratura Escapula Esquerda

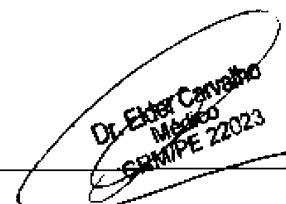
TRATAMENTO REALIZADO: Tratamento conservador
de Fratura de Escapula Esquerda

MÉDICO: Hermes Wagner

CREMEPE: 8963

JABOATÃO DOS GURARAPES, 22 DE Dezembro DE 2017

MÉDICO


Dr. Elton Carvalho
Médico
CRMPE 22023



HOSPITAL DE REFERÊNCIA DE PERNAMBUCO

Nome: HUMBERTO ARAUJO DE SOUZA

Atendimento: 150348

Idade: 43 Anos, 0 Mês e 16 Dias

Convênio: SUS - AMBULATORIO

Usuário Logado: OSVALDO JOSE MACEDO
COIMBRA JUNIOR

Data: 15/02/2018

Prontuário: 746248

Texto Obs

Sexo: Masculino

RECEITUÁRIO

Descrição:

DECLARO PARA OS DEVIDOS FINS QUE O PACIENTE ACIMA FOI SUBMETIDO A TRATAMENTO CONSERVADOR NESTE SERVIÇO E DEVERA PERMANECER AFASTADO DAS ATIVIDADES PROFISSIONAIS POR UM PERÍODO DE 15 (QUARENTA E CINCO) DIAS A PARTIR DE HOJE.

CID: S42;

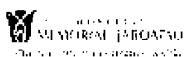
Juazeiro dos Guararapes, 15/02/2018

DR. OSVALDO COIMBRA JR.
Ortopedia/Traumatologia
Cl. Oniberto Coimbra
CRM-PE 16.658 / TERT: 13254

Médico: OSVALDO JOSE MACEDO
COIMBRA JUNIOR
Conselho: 16658

Av. Gáf. Manoel Rabelo, 126 - Centro - CEP: 54160-000 - Juazeiro dos Guararapes-PE
Telefone: (81) 3482.9888 - www.hmrpe.org





Nome: HUMBERTO ARAUJO DE SOUZA

Atendimento: 166331

Idade: 43 Anos, 5 Meses e 5 Dias

Convênio: SUS - AMBULATORIO

Usuário Logado: JOAO PAULO DE ANDRADE
ROMEIRO

Data: 05/07/2018 10:48:
08

Prontuário: 746248

Leito Obs:

Sexo: Masculino

RECEITUÁRIO

Descrição:

LAUDO MÉDICO

PACIENTE SUBMETIDO A TRATAMENTO CONSERVADO DE FRATURA DE ESCAPULA DIREITA EM 11/2017. NO MOMENTO APRESENTA FRATURA CONSOLIDADA. AO EXAME FÍSICO REFERE DIFICULDADE DE ABDUÇÃO DO OMBRO.

CID: S42.1

Dr. João Paulo de Andrade Remeiro
Ortopedista - Traumatologia
CRM: 22622

Jaboatão dos Guararapes, 05/07/2018 10:48:08

Médico: JOAO PAULO DE ANDRADE
ROMEIRO
Conselho: 22622



Assinatura do Médico e Assinatura do Enfermeiro

Assinatura do Médico e Assinatura do Enfermeiro

Nome do paciente:

Ortopedia

Idade:

Sexo:

Endereço:

Cidade:

UF:

Sexo:

Endereço:

Cidade:

UF:

Endereço:

Cidade:

UF:

Endereço:

Cidade:

UF:

Endereço:

Cidade:

UF:

Endereço:

Cidade:

UF:

Endereço:

PACIENTE INTERNADO POR APRESENTAR PATOLOGIA ORTOPÉDICA. APÓS REALIZAÇÃO CLÍNICA COM CHEFES DO SERVIÇO FOI DECIDIDO POR TRATAMENTO CONSERVADOR.

Assinatura do Médico

Assinatura do Enfermeiro

Assinatura do Médico

Assinatura do Enfermeiro

Assinatura do Médico

Assinatura do Enfermeiro

Assinatura do Médico

Assinatura do Enfermeiro

Assinatura do Médico

Assinatura do Enfermeiro

Assinatura do Médico

Assinatura do Enfermeiro

Assinatura do Médico

Assinatura do Enfermeiro

Av. Gen. Manoel Rabelo, 123 - Centro
Jaboatão dos Guararapes - PE - CEP: 54100-000
Tel: (51) 3333-3333

HOSPITAL GERAL DE VARGAS

Resultado da Classificação: **Pré-Seleção - Pr. 3**
Data e hora retirada do sistema: 27/11/2017 00:32

MANCHESTER V2

Nome do Paciente: **ROBERTO ARAUJO DE SOUZA**
Cód. de Registro: **105836**
Data de Nascimento: **10/1975**
Sexo: **Masculino**
Idade: **42**
Sentença: **10/02**
Condição: **10/02**
Atividade: **10/02**
Sinal: **10/02**

Período: 27/11/2017 00:32 a 27/11/2017 00:32

MARGARETE EZEQUIEL DE LIMA - COREN: 105836 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A) - Classificação

Prioridade: **URGENTE**

Cor: **AMARELO**

Queixa Principal: **ACIDENTE POR CARRO C/ TRAUMA EM MSDE.**

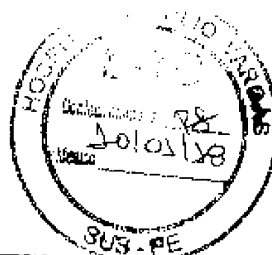
Observação: **ACIDENTE**

Fluxograma sintoma: **ACIDENTE EM PREVIDENTES**

Discriminador(es): **ACIDENTE**

Especialidade: **DIAGNÓSTICO E PATOLOGIA**

Sinais Vitais Livres: **ACIDENTE**



Acolhimento por: **DIEL DE LIMA - COREN: 105836 - FUNÇÃO: ENFERMEIRO(A)**
Impressão: 27/11/2017 00:37

Sistema de Acolhimento: **10/02**

Página 1 de 1





Diagnóstico - Imagem

Residência Médica em
Tomografia Computadorizada e Ultrassom
Fellowship em Tomografia Computadorizada
Consultoria Clínica
Recife, Pernambuco

Paciente _____ : 460550-Humberto Araujo De Souza
Data _____ : 27/11/2017
Nº Laudo _____ : 11342741
Dat. Nasc. _____ : 30/01/1975

Exame: TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA DO OMBRO ESQUERDO

TÉCNICAS DE EXAME:

Estudo realizado através de cortes tomográficos computadorizados volumétricos multislice, com reconstruções, com técnica para partes moles e estruturas ósseas.

Exame realizado em caráter de urgência.

COMENTÁRIOS:

Fratura na cavidade glenóide e colo da escápula com desvio dos fragmentos ósseos e extensão articular.

Fratura cominutiva no corpo e extremidade inferior da escápula.

Sinais de subluxação glenohumeral.

Presença de líquido intra-articular.

Importante edema de partes moles em região escapular.

Dra Cristine Zelaquett CRM PE - 15127

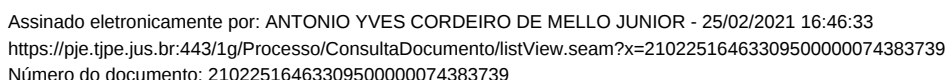
Serviço de Imagens Radiográficas do Recife
www.sirdiagnostico.com.br

Scanned by CamScanner



1. The first part of the document is a list of references. The references are listed in a standard format, with the author's name, the title of the work, and the publisher's name. The references are as follows:

1. The first part of the document is a list of references. The references are listed in a standard format, with the author's name, the title of the work, and the publisher's name. The references are as follows:



HOSPITAL GETULIO VARGAS EMERGÊNCIA

1 - IDENTIFICAÇÃO DO PACIENTE

Nome: HUMBERTO ARAUJO DE SOUZA
Data Nasc.: 30/01/1975 Idade: 42 Sexo: MASCULINO Cor:
CPF: 00201400456 RG: CNS: 701206067864917
Endereço: RUA COREIA DO NORTE
Bairro: MONJOPE Cidade: IGARASSU Nº: 36
CEP: 53645260 Fone: 85884358 Estado: PE
Nome da Mãe: JOSINA RODRIGUES DE ARAUJO
Acompanhante: EDJANE DE MOURA LIMA
Nome do Conjuge:
Local de Procedência: OUTROS HOSPITAIS
Clínica: ORTOPEDIA E TRAUMATOLOGIA
Ocorrência: SENHA - 5307239 ATROPELAMENTO POR CARRO POLIC JOAO MURILO

ATENDIMENTO: 512820

Prontuário: 1070374

Acidente de Trabalho: Sim ☐ Não ☐

2 - ATENDIMENTO

DATA: 27/11/2017 HORA: 00:44

Médico:

Queixa Principal / HDA:

*Queda de trânsito há 07 horas
Nas curvas, pois estava em uma*

História do Trauma

Perda da Consciência: Sim ☐ Não ☐ Episódio Emético: Sim ☐ Não ☒ Acidente de Trabalho: Sim ☐ Não ☒
Acidente de Trânsito: Sim ☒ Não ☐ Tipo:
Colisão: Sim ☐ Não ☒ Tipo:
Atropelamento: Sim ☐ Não ☒ Local de Impacto: Motorista: ☐ Passageiro: ☐
Vítima de Ferimento: Sim ☐ Não ☒ Tipo: Sofreu Queda: Sim ☐ Não ☐ Altura: m
Queimadura: Sim ☐ Não ☒ Por: Transporte Realizado por: /
Condições de imobilização adequadas: Sim ☐ Não ☒ Por que: NAO HA
Observações:

Exame Físico:

A: Geral

Via aérea esta pervia: Sim ☐ Não ☐ O paciente fala: Sim ☐ Não ☐ Temp.: Cº

B: Respiratório

C: Circulatório

PA: mmHg Pulso: bpm

D: Exames Neurológicos

Glasgow: Abertura Ocular: Escala: Glasgow: Resposta Verbal: Escala: Glasgow: Resposta Motora: Escala: Pupilas: Isocóricas ☒ Anisocóricas ☐
Hora: Hora: Hora:



*Encaminhado como Fratura de Escápula (E) e
Fêmur exposto e colado (D), paines sem Rx.*





HOSPITAL GETULIO VARGAS EMERGÊNCIA



E: Abdômen

Fluido, amarelado, Pálido, estômago

Diagnóstico Inicial:

CD - DX

Exames Solicitados: 1 - Patologia Clínica

02:00

DX - Colúmbio

D - Sem Fígado Urinas

Exames Solicitados: 1 - Especializados

Resultado de Exames:

Amo E - LMC + Sítio + Amido em

Código Procedimento:

Tratamento / Procedimentos:

CD - Sol do TAC Amido

Ass. Médico + Carimbo

Código Procedimento:

Ass. Médico + Carimbo

Ass. Enfermeira + Carimbo

Ass. de Alta:

☐ Curado

☐ Inalterado

☐ Óbito

☐ Melhorado

☐ Piorado

Informação do Serviço Social

Confirmação do Nome:

Confirmação do Endereço:

Providências:

Alta

Transferência

Estudo de Caso

Exames Externos

Observações:

Assist. Social:

Assist. Social

Autorização para Alta / Internamento / Transferência

Médico:

CRM/CRO:

Data:

Hora:

- Estou ciente das normas existente neste Hospital, as quais integralmente e autorizo a realização de tratamentos, clínicos e/ou cirúrgicos, inclusive transfusões e sem os exames complementares e transporte se forem necessários.

Data:

Nome completo legível:

Nº da Identidade:

Assinatura:

Termo de Responsabilidade de Alta a Pedido

Responsabilizo-me pela imediata retirada do paciente deste nosocômio, bem como tenho absoluto conhecimento sobre as consequências que deste ato possam advir.

Data:

Nome completo legível:

Nº da Identidade:

Assinatura:

Cadastramento: 27/11/2017 00:44 h

CLAUDIOAS

Impressão: 27/11/2017 00:44 h

Médico

TAC evidente
Frat. escapula esq
colt: intermista





**GOVERNO MUNICIPAL
DE IGARASSU**
Secretaria de Saúde



Paciente:

Humberto Araújo de Souza

Prontuário:

A ortopedia

Paciente, sexo: masculino, há 9 meses foi acometido
de osteíte osteomielítica (osteomielite) que
resultou em fratura de sua espinha lombar.

Foi submetido a tratamento conservador e
abstém-se de fisioterapia, porém, apresenta
frieza no pé, com rigidez articular
e dor após os movimentos.

Solicito avaliação do paciente porque ele refere
falta de força do MSc para andar e trabalhar.

Dr. Rafael Renart *medico*
Medico

Data: 24 / 07 / 18

CRM-PE: 22977

Assinatura



Av. Joaquim Nabuco, 203, Centro - Igarassu/PE | CEP: 53.010-070
CNPJ: 10.359.560/0001-90 | Fone: (81) 3543-1450 | sec.saude@igarassu.pe.gov.br



20/04/18

caro(a)

Estimado(a),
Venho por meio deste informar que o(a) Sr(a) [nome] [sobrenome]
foi(a) [ação] [motivo] [data].
Atenciosamente,
[Assinatura]

Dr. Rafael Renart
Médico
CRM-PE: 22977

20/04/18





**GOVERNO MUNICIPAL
DE IGARASSU**
Secretaria de Saúde



SEUS

Paciente:

Humberto Araújo de Souza

Prontuário:

Declaração Médica

Paciente Humberto Araújo de Souza, brasileiro, solteiro, residente e domiciliado em Igarassu (PE), portador de deficiência física, com fratura da sua espinhela esquerda.

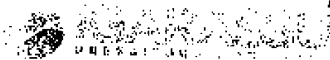
O paciente possui a lesão de nível cervical C6/C7, com lesão da medula espinhal, ocorrida em 02/11/2011.

- Fratura na região de transição da coluna cervical C6/C7, com lesão da medula espinhal, ocorrida em 02/11/2011.
- Lesão da medula espinhal, com lesão da medula espinhal, ocorrida em 02/11/2011.
- Lesão da medula espinhal, com lesão da medula espinhal, ocorrida em 02/11/2011.
- Lesão da medula espinhal, com lesão da medula espinhal, ocorrida em 02/11/2011.
- Lesão da medula espinhal, com lesão da medula espinhal, ocorrida em 02/11/2011.

Dr. Rafael Renart
Médico
CRM-PE: 22977

Data: 07/07/11

Assinatura



SECRETARIA DE SAÚDE

Av. Joaquim Nabuco, 203, Centro - Igarassu/PE | CEP: 53.010-070
CNPJ: 10.359.560/0001-90 | Fone: (81) 3543-1450 | sec.saude@igarassu.pe.gov.br



de 10.000,00 (dez mil reais) para o presente, para os seguintes fins: para a aquisição de medicamentos e materiais de consumo, para a aquisição de equipamentos e materiais de consumo, para a aquisição de serviços de manutenção e para a aquisição de serviços de limpeza.

Para a aquisição de medicamentos e materiais de consumo, para a aquisição de equipamentos e materiais de consumo, para a aquisição de serviços de manutenção e para a aquisição de serviços de limpeza, o pregoeiro deverá apresentar proposta com o valor máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a aquisição de medicamentos e materiais de consumo, para a aquisição de equipamentos e materiais de consumo, para a aquisição de serviços de manutenção e para a aquisição de serviços de limpeza. [O pregoeiro deverá apresentar proposta com o valor máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a aquisição de medicamentos e materiais de consumo, para a aquisição de equipamentos e materiais de consumo, para a aquisição de serviços de manutenção e para a aquisição de serviços de limpeza.]

Para a aquisição de medicamentos e materiais de consumo, para a aquisição de equipamentos e materiais de consumo, para a aquisição de serviços de manutenção e para a aquisição de serviços de limpeza, o pregoeiro deverá apresentar proposta com o valor máximo de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) para a aquisição de medicamentos e materiais de consumo, para a aquisição de equipamentos e materiais de consumo, para a aquisição de serviços de manutenção e para a aquisição de serviços de limpeza.

Dr. Rafael Renart
Médico
CRM-PE: 22977

DECLARAÇÃO DE PREVENÇÃO A LAVAGEM DE DINHEIRO PESSOA FÍSICA - CIRCULAR SUSEP 445/12

Para mais esclarecimentos, acesse o site www.seguradoralider.com.br ou entre em contato através de um dos números abaixo:

Central de Atendimento (para consultas sobre indenizações e prêmios, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h)
Capitais e regiões metropolitanas: 4020-1596 / Outras regiões: 0800 022 12 04

SAC (para reclamações e sugestões, 24 horas por dia): 0800 022 81 89 | SAC (para deficientes auditivos e de fala): 0800 022 12 06 | Central Ouvidoria: 0800 021 91 35

INFORMAÇÕES IMPORTANTES

O preenchimento deste formulário é parte integrante do processo de liquidação de sinistro, conforme estabelece a Circular número 445/12, disponível no endereço eletrônico:

<http://www2.susep.gov.br/BIBLIOTECASWEB/DOCORIGINAL.ASPX?TIPO=1&CODIGO=29636>

A Circular SUSEP nº 445/12, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as Seguradoras são obrigadas a constituir cadastro das pessoas envolvidas no pagamento de indenizações. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal, além da respectiva documentação comprobatória.

A recusa em fornecer as informações de profissão e renda, neste formulário, não impede o pagamento da indenização do Seguro DPVAT, contudo, por determinação da referida Circular, esta recusa é passível de comunicação ao COAF².

¹ SUPERINTENDÊNCIA DE SEGUROS PRIVADOS - SUSEP, ÓRGÃO RESPONSÁVEL PELA CONTROLE E FISCALIZAÇÃO DOS MERCADOS DE SEGURO, PREVIDÊNCIA PRIVADA ABERTA, CAPITALIZAÇÃO E RESSEGURO. ² CONSELHO DE CONTROLE DE ATIVIDADES FINANCEIRAS - COAF, ÓRGÃO INTEGRANTE DA ESTRUTURA DO MINISTÉRIO DA FAZENDA, TEM POR FINALIDADE DISCIPLINAR, APLICAR PENAS ADMINISTRATIVAS, RECEBER, EXAMINAR E IDENTIFICAR AS OCORRÊNCIAS SUSPEITAS DE ATIVIDADES ILÍCITAS PREVISTAS NA LEI Nº 9.613/98.

Pelo exposto, eu VALMIR HONORATO DA SILVA

inscrito (a) no CPF/CNPJ 621.028.354 / 00 na qualidade de Procurador (a) / Intermediário (a) do Beneficiário

Humberto Araújo de Souza inscrito (a) no CPF sob o Nº 002.014.004 / 56

do sinistro de DPVAT cobertura invalidéz da vítima Humberto Araújo de Souza

inscrito (a) no CPF sob o Nº 002.014.004 / 56 conforme determinação da Circular Susep 445/12:

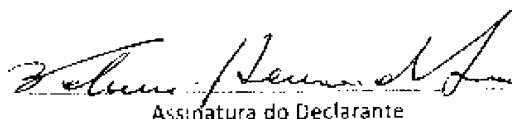
Declaro Profissão: _____ Renda: _____ e apresento os documentos comprobatórios:

☒ Recuso informar

Declaro ainda, sob as penas da lei e para fins de prova de residência junto a Seguradora Líder-DPVAT, residir no endereço abaixo, anexando a cópia do comprovante de residência ao endereço informado. Estou ciente de que a falsidade da presente declaração implicará na sanção penal prevista no art. 299 do Código Penal.

Endereço: <u>R UBIRAJARA</u>	Número: <u>16</u>	Complemento: _____
Bairro: <u>tabajara</u>	Cidade: <u>OLINDA</u>	Estado: <u>PE</u>
CEP: <u>53.360-530</u>		Tel (DDD): <u>81.9.8790-9451</u>
E-mail: _____		

Local e Data: Recife 06 de novembro de 2020


Assinatura do Declarante



PEDIDO DO SEGURO DPVAT

1 - Escolha o(s) tipo(s) de cobertura: ☐ DAMS (DESPESAS DE ASSISTÊNCIA MÉDICA E SUPLEMENTARES) ☒ INVALIDEZ PERMANENTE ☐ MORTE

2 - Nº do sinistro ou ASL: 3 - CPF da vítima: 002.014.004-56 4 - Nome completo da vítima: HUMBERTO ARAÚJO DE SOUZA

REGISTRO DE INFORMAÇÕES CADASTRAIS E FAIXA DE RENDA MENSAL DA PESSOA FÍSICA (VÍTIMA/BENEFICIÁRIO/REPRESENTANTE LEGAL) - CIRCULAR SUSEP Nº 445/2012

5 - Nome completo: HUMBERTO ARAÚJO DE SOUZA 6 - CPF: 002.014.004-56
7 - Profissão: RECUSA 8 - Endereço: R CORDEIRO DO NORTE 9 - Número: 36 10 - Complemento:
11 - Bairro: E DE REBOUÇAS 12 - Cidade: IGARASSU 13 - Estado: PE 14 - CEP: 53.000-600
15 - E-mail: 16 - Tel (DDD): 81-9-8330-8335

DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL (PAIS, TUTOR E CURADOR) PARA VÍTIMA/BENEFICIÁRIO MENOR ENTRE 0 A 15 ANOS OU INCAPAZ COM CURADOR

17 - Nome completo do Representante Legal: 18 - CPF do Representante Legal: 19 - Profissão do Representante Legal:

Declaro, para todos os fins de direito, que dirijo o endereço acima informado, conforme comprovante anexo (ANEXAR CÓPIA).

20 - RENDA MENSAL DO TITULAR DA CONTA: ☒ RECUSO INFORMAR ☐ SEM RENDA ☐ R\$1,00 A R\$1.000,00 ☐ R\$1.001,00 ATÉ R\$2.500,00 ☐ R\$2.501,00 ATÉ R\$5.000,00 ☐ ACIMA DE R\$5.000,00

21 - DADOS BANCÁRIOS: ☒ BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO ☐ REPRESENTANTE LEGAL DO BENEFICIÁRIO DA INDENIZAÇÃO (PAIS, CURADOR/TUTOR)

☒ CONTA POUPANÇA (Somente para os bancos abaixo. Assine e uma opção): ☐ CONTA CORRENTE (Todos os bancos)
☐ Bradesco (237) ☐ Itaú (341) ☐ Banco do Brasil (001) ☒ Caixa Econômica Federal (104)

AGÊNCIA: 2190 CONTA: 00350203 AGÊNCIA: CONTA:

Autorizo a Seguradora LIDER a creditar na conta bancária informada, de minha titularidade, o valor da indenização/reembolso do Seguro DPVAT a quem o valor devido, tendo em vista o tempo decorrido desde o sinistro, após a efetivação do crédito, que equivale ao total do valor recebido.

22 - DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE INVALIDEZ PERMANENTE

Declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal (IML) para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, uma vez que (assinalar uma das opções):

☒ Não há IML que atenda a região do acidente ou da minha residência; ou
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência não realiza perícias para fins do Seguro DPVAT; ou
☐ O IML que atende a região do acidente ou da minha residência realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do pedido.

Porém, ressalva-se, a possibilidade de prosseguimento da análise do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT por invalidez permanente, com base na documentação apresentada, considerando, desde que, em me submeter a avaliação médica assistida da Seguradora LIDER para verificação da existência ou não da incapacidade para as atividades profissionais de natureza permanente de acordo com o disposto no artigo 154/74, art. 3º, § 1º, declarando que esta autorização não implica prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de contestar a causa do acidente do seu cotidiano.

DECLARAÇÃO DE ÚNICOS BENEFICIÁRIOS - PREENCHIMENTO SOMENTE PARA COBERTURA DE MORTE

23 - Estado civil da vítima: ☐ Solteiro ☐ Casado (no Civil) ☐ Divorciado ☐ Separado judicialmente ☐ Viúvo 24 - Data do óbito da vítima:

25 - Grau de Parentesco com a vítima: 26 - Vítima deixou companheiro(a): ☐ Sim ☐ Não 27 - Se a vítima deixou companheiro(a), informar o nome completo:

28 - Vítima teve filhos? ☐ Sim ☐ Não 29 - Se teve filhos, informar Vivos: Falecidos: 30 - Vítima deixou nascituro(vários)? ☐ Sim ☐ Não 31 - Vítima teve irmãos? ☐ Sim ☐ Não 32 - Se teve irmãos, informar Vivos: Falecidos: 33 - Vítima deixou pais/avós vivos? ☐ Sim ☐ Não

Estou ciente de que a seguradora LIDER pagará o caso de morte a indenização do Seguro DPVAT por morte aos únicos beneficiários que se apresentarem e comprovarem esta condição, sob pena de nulidade, anulação de que qualquer declaração não verdadeira poderá gerar a obrigação de restituir o valor recebido, a título de responsabilidade criminal, por infração ao artigo 179 do Código Penal.

34 - 35 - Nome legível de quem assina a requerimento
36 - CPF legível de quem assina a requerimento
37 - Assinatura de quem assina a requerimento

38 - 1º Nome: CPF: Assinatura da testemunha
39 - 2º Nome: CPF: Assinatura da testemunha

40 - Local e Data: RECIFE 06 de Novembro 2020

42 - Assinatura do Representante Legal (se houver):

41 - Assinatura da vítima/beneficiário (declarante):

43 - Assinatura do Procurador (se houver):

IPS-001 V002/2019





GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLÍCIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLÍCIA DA 061ª CIRCUNSCRIÇÃO - VITÓRIA DE SANTO ANTÃO - DP61ªCIRC
DINTER1/12ªDESEC

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. **18E0151000658**

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia **07/02/2018** às **10:05**

ATROPELAMENTO COM VÍTIMA NÃO FATAL - Culposos (Consumado), que aconteceu no dia **28/11/2017** no período da **Noite**

Fato ocorrido no endereço: **MUNICIPIO DE VITORIA DE SANTO ANTAO, 1, BR 232; KM 54 - Bairro: CENTRO - VITORIA DE SANTO ANTAO/PERNAMBUCO/BRASIL - CEP: 55000-000**
Local do Fato: **VIA PUBLICA**

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:

DESCONHECIDO (AUTOR / AGENTE)
HUMBERTO ARAUJO DE SOUZA (VITIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

VEICULO: (Usado na geração da ocorrência), que estava em posse do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

HUMBERTO ARAUJO DE SOUZA (presente ao plantão) - Sexo: Masculino Mãe: JOSIRA RODRIGUES DE ARAUJO Pat. SEVERINO FRANCISCO DE SOUZA Data de Nascimento: 30/11/1975 Naturalidade: RECIFE / PERNAMBUCO / BRASIL Documentos: 4971722/SDS/PE (RG), 00201400456 (CPF), 04252713351 (CNH) Escolaridade: 2º. GRAU COMPLETO Profissão: OUTRAS PROFISSOES Telefones Celulares: - 983308335

Endereço Residencial: **MUNICIPIO DE IGARASSU, 36, RUA COREA DO NORTE - CEP: 0 - Bairro: CRUZ DE REBOUCAS - IGARASSU/PERNAMBUCO/BRASIL**

DESCONHECIDO (não presente ao plantão) - Sexo: Masculino Naturalidade: NÃO INFORMADO / PERNAMBUCO / BRASIL

Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

VEICULO (VEICULO) de propriedade do(a) Sr(a): **HUMBERTO ARAUJO DE SOUZA**, que estava em posse do(a) Sr(a): **DESCONHECIDO**
Categoria/Marca/Modelo: **CAMINHAO/NÃO INFORMADO/NÃO INFORMADO** Objeto apreendido: **Não**
Quantidade: **1 (UNIDADE NÃO INFORMADA)**

Complemento / Observação

O NOTICIANTE PASSOU A RELATAR QUE FOI VITIMA DE ATROPELAMENTO; QUE O FATO FOI VERIFICADO ENQUANTO O MESMO PRESTAVA AUXILIO MECANICO A UM AMIGO QUE ESTAVA COM O CARRO QUEBRADO NA BR 232;



MOMENTO EM QUE FOI ATINGIDO PELAS COSTAS POR UM CAMINHAO DE PLACA E MARCA NAO OBSERVADAS; QUE FICOU FERIDO E FOI SOCORRIDO POR UM POPULAR AO HOSPITAL JOAO MURILO DE OLIVEIRA, NESTA CIDADE DE VITORIA DE SANTO ANTAO, CONFORME FICHA DE ATENDIMENTO N° 716762.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial


HUMBERTO ARAUJO DE SOUZA
(VITIMA)

B.O. registrado por: ISMAILSON ARAUJO DA SILVA Matrícula: 319.624-0

(Liberado em 07/02/2018 às 10:23)



Núcleo de Registro de Acidentes
e Medicina Rodoviária

☐ Cópia de Boletim de Acidente	☒ Confecção de Boletim de Acidente	☐ Nada Consta (Para Motoristas Profissionais)
☐ Retificação de Boletim de Acidente	☐ Recurso de requerimento, preferido Informar número do Processo	☐ Outros:

1. O requerimento poderá ser formulado por:
 - a – pessoas físicas ou jurídicas, com a devida comprovação legal, envolvidas diretamente na ocorrência ou no exercício do direito de representação;
 - b – aqueles que, sem terem se envolvido diretamente na ocorrência, têm direitos ou interesses que possam ser afetados pela decisão a ser adotada (familiar em primeiro grau, cônjuge, proprietário do veículo etc.).
2. O requerente deverá apresentar, obrigatoriamente, um documento de identidade oficial com foto ou instrumento de representação;
3. Deverá ser apresentada documentação comprovem ou fundamentam o pedido, para facilitar a análise do pedido;
3. Cópias de documentos devem estar acompanhadas dos originais, possibilitando que sejam autenticados por qualquer PPF;
4. Deverá ser informado um e-mail para envio da resposta, assim como um telefone fixo e celular para contato;
5. O formulário deverá ser preenchido em sua totalidade, preferencialmente com LETRA DE FORMA.
6. Nos casos em que o RECLAMADO por indefinição parcial ou total, deverá ser informado o número do processo anterior.

☐ Condutor	☐ Passageiro	☒ Pedestre / Ciclista	☐ Proprietário	☐ Pai/Mãe	☐ Irmão/Irmã
☐ Filho/Filha	☐ Cônjuge	☐ Portador de Procuração	☐ Portador de Apólice	☐ Outro	

Nome		NÚMERO DE ARAÚJO DE SOUZA		Data de Nascimento		30-01-1972	
Nº Registro CNH		04252213351		CPF		002014004-96	
Potência		4971222		Emissão/UF		SSP	
Endereço (Rua, Av., Praça, Sítio, ...)		RUA CORONA DO NORTE MONJOPE		Nº		35	
Bairro		CRUZ DE REBOUCHS		CEP		16140-000	
Cidade		MONJOPE		UF		PE	
E-mail (Obrigatório e com LETRA DE FORMA)		ERITON.MEENIEO2018@gmail.com		Telefone Fixo		9-8330-8333	
Nº da Comunicação		18601-2017		Data do acidente		21-01-2017	
Hr do Protocolo		21:31		Placa do Veículo		2321547	
Cidade		VITORIA DA CONQUISTA		UF		PE	
Localidade/Trecho/Ponto de referência		POSTO DAS BUSCAS		Marca/Modelo		FORD FOCUS	

Descrição sucinta do Pedido: *Tenho recebido a concessão de*
patente de direito de invenção

RECIFE 01/02/2019 *Handwritten signature*
 Cidade/UF Data Assinatura do Requerente (conferir e identificar)

Protocolo	Data	Hora	Agente	Recebi em _____ a data do depósito de
Matrícula	Cargo	Assinatura		Assinatura

PRF Protocolo _____ Data _____ Hora _____ Agente _____ **NURAM**
 Matricula _____ Cargo _____ Assinatura _____
 Telefone: (51) 3201.0740
 Email: nuram.pe@prf.gov.br





NURAM

Núcleo de Registro de Acidentes
e Medicina Rodoviária

Descrição do Pedido

Eu Humberto Araújo de Souza, estando no dia 26-11-2017 às 21:31 na BR 232 Km 54,7 na cidade de Vitória de Santo Antão, sem frente ao posto dos ônibus. Apoiando a soltar o carro quebrado no acostamento da via na presença das devidas pessoas. Então, ~~depois~~ após, Luiz, sobrinho meu, foi atingido pelo caminhão na altura do ombro esquerdo, sendo colocada na beira do carro que estava parado.

Mediante a situação do momento do acidente, fui socorrido pelo amigo que está atrás a cima de mim.

Então, pelo desespero e dor, não ~~me~~ liguei para as autoridades competentes, pois a preocupação era só na vítima ~~em~~ humilde.

Chegando no Hospital São Múilo ~~com~~ com o diagnóstico que existe um trauma na escápula esquerda, foi logo transferido para o ginecologista, e as feridas as laudas em unidas ao requerimento.

Recife

Cidade/UF

21/02/2018

Data

Humberto Araújo de Souza

Assinatura do Requerente

1. De posse do número do protocolo e do CPF ou CNPJ do envolvido ou proprietário, acesse www.prf.gov.br/novobat/consultar para imprimir o boletim de acidente;
2. Em caso de dúvidas ou solicitações, enviar e-mail para nuram.pe@prf.gov.br, informando o número do protocolo constante no verso deste comprovante.





25/02/2021

Número: **0078491-86.2020.8.17.2001**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Seção A da 16ª Vara Cível da Capital**

Última distribuição : **10/12/2020**

Valor da causa: **R\$ 13.500,00**

Assuntos: **Acidente de Trânsito**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
CRISTIANO MIGUEL PEREIRA (AUTOR)		THIAGO FELIPE DIAS DE MELO (ADVOGADO) Rodrigo Alves Dias (ADVOGADO)	
TOKIO MARINE BRASIL SEGURADORA S.A. (REU)			
SEGURADORA LIDER DO CONSORCIO DO SEGURO DPVAT SA (REU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
75904 204	25/02/2021 16:46	ANEXO 2	Outros (Documento)

101 008

EXMO. SR. DR. JUIZ DE DIREITO DA ____ VARA CÍVEL DA COMARCA DO RECIFE - PERNAMBUCO.

CRISTIANO MIGUEL PEREIRA

Brasileiro inscrito no CPF sob o nº031.328.174-22 e portador da cédula de identidade nº5642358 SSP/PE, com endereço na Rua Pedro Alvares Cabral, nº32, sala 12-Jardim Atlântico/Olinda-PE, vem, à presença de V. Exa., por sua advogada infra-assinada, com endereço profissional constante no instrumento procuratório, em anexo, com fulcro na Lei 8.441/92 que deu nova redação à Lei Federal 6.194/74 e nos demais dispositivos legais que regem a matéria, promover

**AÇÃO DE COBRANÇA DE COMPLEMENTO DO SEGURO DPVAT
(RITO SUMÁRIO, ART. 275, CPC)**

Contra **CIA EXCELSIOR DE SEGUROS**, inscrita no CNPJ n. 33.054.826/0001-92, situada à Av. Marquês de Olinda, 175 – Santo Antonio – Recife – PE, CEP. 50030-000.

DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA

Inicialmente, a parte autora afirma que não possui condições de arcar com custas processuais e honorários advocatícios sem prejuízo do sustento próprio, bem como o de sua família, razão pela qual faz jus ao benefício da gratuidade da justiça, nos termos do artigo 4º da Lei 1060/50, com redação introduzida pela Lei 7510/86.

DOS FATOS

01. No dia **18 de setembro de 2011**, o autor foi vítima de acidente automobilístico, sofrendo lesões corporais onde, em atendimento médico fora constatado **UMA SÉRIE DE LESÕES GRAVES**, que resultou em **DEBILIDADE PERMANENTE**, conforme boletim de ocorrência e perícia, em anexos.

02. Sendo o autor, vítima de acidente automotor, atrai a aplicação da Lei 6.194/74 (Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Via Terrestre ou por sua carga, a pessoa transportada ou não); conforme art. 3, alínea "b" que dispõe:

"Art. 3º. Os danos pessoais coberto pelo seguro estabelecido no art. 2 compreendem as indenizações por morte, invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares, nos valores que seguem, por pessoa vitimada:
(...)
b) até 40 (vezes) o maior salário mínimo vigente no País- no caso de invalidez permanente;

03. Há de ser ressaltado que foi requerido administrativamente a liberação da INTEGRALIDADE do valor da indenização do seguro DPVAT, **por invalidez PERMANENTE, sendo que até a presente data foi paga a quantia de**

1

MDA - 19 MAR 17-09-14 09:35 2014101608 0004 2

75658-91.2014



1061

2021/02/25 16:46:33

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 25/02/2021 16:46:33

https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2102251646333100000074383740

Número do documento: 2102251646333100000074383740

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 25/02/2021 16:46:33

https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2102251646333100000074383740

Número do documento: 2102251646333100000074383740

Assinado eletronicamente por: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR - 25/02/2021 16:46:33

https://pje.tjpe.jus.br:443/1g/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=2102251646333100000074383740



R\$1.687,50 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e cinquenta centavos) no dia 28/08/2014, como comprovante em anexo nos autos.

04. O requerente não pode admitir a recusa da Seguradora em pagar o complemento do seguro DPVAT no valor de R\$7.762,50 (sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos), por entender contrariar o texto legal; referente a debilidade permanente do membro que equivale a 70% do valor total do seguro, que equivale a R\$9.450,00 (nove mil quatrocentos e cinquenta reais) na tabela.

DO DIREITO:

05. Outrossim, convém trazer a baila, demonstração da mais pacífica jurisprudência a respeito da pretensão em comento. Senão vejamos:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 7656/95 - Reg. 46-2 Cod. 95.001.07656 SEXTA CÂMARA - Unânime Juiz: RONALD VALLADARES - Julg: 12/12/95 INDENIZAÇÃO SECURITÁRIA. D.P.V.A.T. Ação de cobrança de indenização securitária (caso do DPVAT sob a disciplina do art. 7. da Lei n. 6194/74, com as alterações da Lei 8441/92) Seguro obrigatório e de interesse social. Requerente sucessor legítimo de vítima de acidente (queda de caminhão) ocorrido quando estava sendo transportada em veículo automotor em circulação. Caso de morte causada apenas por veículo não identificado. Dever legal da companhia seguradora, que opera no ramo do referido seguro obrigatório, de indenizar, considerado o disposto no art. 7., parágs. 1. e 2., da Lei 6194. Requisitos e condições da ação comprados nos autos. Inexistência de inconstitucionalidade dos dispositivos legais instituidores da modalidade indenizatória do seguro.

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 4550/96 - Reg. 3204-1 Cod. 96.001.04550 QUARTA CÂMARA - Unânime Juiz: PAULO GUSTAVO REBELLO HORTA - Julg: 27/06/96 DPVAT. FALTA DE CONTRATAÇÃO DO SEGURO. LEI N. 8441/92. INCONSTITUCIONALIDADE. INOCORRENCIA. A Lei n. 8441/92 não conflita com o art. 192 da Constituição da República nem contraria a essência do contrato de seguro, previsto no art. 1432 do Código Civil, nos casos em que o seguro não se acha realizado ou vencido, pois a constituição obrigatória do consórcio de seguradoras foi criado justamente para cobrir a indenização por pessoas acidentadas, independente do pagamento do prêmio. Inconstitucionalidade rejeitada. A indenização por morte em acidente de trânsito e devida, mediante simples prova do acidente, ainda que não recolhido o DPVAT. Cabe a seguradora acionada reaver do consórcio o que tiver satisfeito em face da aplicação do art. 7. da Lei n. 8441/92.

SEGURO OBRIGATÓRIO DE VEÍCULOS AUTOMOTORES APELAÇÃO CÍVEL 6208/96 - Reg. 3628-3 Cod. 96.001.06208 TERCEIRA CÂMARA - Unânime Juiz: ANTÔNIO JOSÉ A. PINTO - Julg: 19/09/96 COBRANÇA. QUANTIAS INDENIZATORIAS. SEGURO DPVAT. Ação de cobrança de quantias indenizatórias a título de seguro obrigatório - DPVAT. Pedido indenizatório que se fez correto, de acordo com a Lei 6194/74, modificada pela Lei 8441/92. Responsabilidade da seguradora ora apelada, que, inclusive, não nega o dever de indenizar a autora, apenas, divergindo quanto ao valor cobrado. A existência do consórcio de empresas seguradoras tornou possível reclamar-se a indenização de qualquer uma das empresas conveniadas. Apelo da ré que se da provimento para reformar a sentença de primeiro grau.

06. No que concerne ao posicionamento do **SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA**, há de ser posto o seguinte:

SÚMULA n. 229: O pedido do pagamento de indenização à seguradora suspende o prazo de prescrição até que o segurado tenha ciência da decisão

SÚMULA n. 257: A falta de pagamento do prêmio do seguro obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT) não é motivo para a recusa do pagamento da indenização.

QUARTA TURMA. DPVAT. SALÁRIOS MÍNIMOS. Discute-se o valor da cobertura correspondente ao seguro obrigatório-DPVAT, em razão de atropelamento fatal que vitimou a esposa do autor. A Segunda Seção, por maioria, decidiu que a fixação da cobertura do DPVAT em salários mínimos não infringe a legislação, porquanto se cuida de mero critério indenizatório, de cunho legal e específico dessa natureza de cobertura, sem característica de indexação





inflacionária. A jurisprudência inclinou-se em considerar como não representativo de quitação total o recibo dado em caráter geral, para afastar um direito que é assegurado por força de lei ao credor, caso do DPVAT (art. 3º, a, da Lei n. 6.194/1974). Precedentes citados: REsp 129.182-SP, DJ 30/3/1998; REsp 195.492-RJ, DJ 21/8/2000, e REsp 257.596-SP, DJ 16, 10/2000. **REsp 296.675-SP, Rel. Min. Aldir Passarinho Junior, julgado em 20/8/2002.**

07. Assim sendo, não resta outra alternativa ao autor, senão ingressar com a presente ação, afim de receber o valor correspondente ao complemento do seguro DPVAT, calculados com base no valor da data da efetiva liquidação.

DOS PEDIDOS:

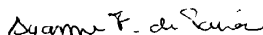
Diante de todo o exposto, pede e requer se digne V.Exa. o seguinte:

- 1) A concessão dos benefícios da assistência gratuita com base no artigo 4º da Lei 1060/50, com redação introduzida pela Lei 7510/86;
- 2) Que seja oficiado o INSTITUTO DE MEDICINA LEGAL para proceder a perícia médica do Autor, fornecendo a laudo a esta vara no prazo máximo de 30 (trinta) dias;
- 3) A CITAÇÃO DA RÉ COM DESIGNAÇÃO DE AUDIÊNCIA, COM BASE NO ART. 275, II, alínea "e", do CPC, devendo, em audiência, a Demandada apresentar resposta à presente, sob pena dos efeitos da revelia, **JULGANDO PROCEDENTE** a presente demanda em todos os seus termos, com a condenação da Requerida ao pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT, relativo ao **COMPLEMENTO** da indenização, o que atualmente perfaz a quantia de **R\$7.762,50 (sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**, com juros de 1% a.m. contados desde a data do evento e atualizados à data da efetiva liquidação, com fulcro no Art. 3, alínea "b", da Lei n 6.194/74;
- 4) **HONORÁRIOS ADVOCATÍCIOS no percentual de 20% (vinte por cento) sob o valor dado à causa.**

Protesta e requer provar o alegado por todos os meios de provas em direito admitidos, especialmente pelos documentos que acompanham a Inicial

Dá-se à causa o valor de **R\$7.762,50 (sete mil setecentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos)**.

Pede e espera deferimento.
Recife, 16 de setembro de 2014.


AYANNE FREITAS DE PAIVA
Advogada – OAB/PE 27.695







GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLICIA DA 926A. CIRCUNSCRICAO - RIO
DOCE

BOLETIM DE OCORRÊNCIA Nº. 13E0116004596

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 11/12/2013 às 14:17

Número do BO que este complementa: 13E0116004593

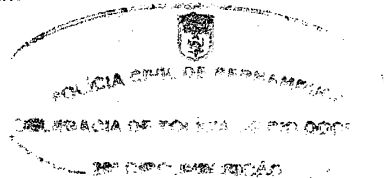
ACIDENTE DE TRANSITO COM VITIMA NAO FATAL - Culposo

(Consumado) que aconteceu no dia 18/9/2011 no período da Madrugada

Fato ocorrido no endereço: BAIRRO DE FRAGOSO (BAIRRO), 1, RUA IX
TRAVESSA AGAMENON MAGALHAES, SÍTIO FRAGOSO. - Bairro: FRAGOSO -
Município: PAULISTA - Estado: PERNAMBUCO - País: BRASIL - Ponto de
Referência: EM FRENTE AO NUMERO 270
Local do Fato: VIA PUBLICA - Próximo: NAO INFORMADO

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:
CRISTIANO MIGUEL PEREIRA (VITIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:



Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

(VITIMA) - CRISTIANO MIGUEL PEREIRA (presente ao plantão) - Sexo: Masculino
Mãe: MARIA DAS GRACAS FERREIRA DOS SANTOS, Pai: SEVERINO MIGUEL PEREIRA Data de
Nascimento: 14/9/1977; Nacionalidade: PAULISTA / PERNAMBUCO / BRASIL
Documentos: 6642358/SSP/PE (RG), 03132817422 (CPF), 02739254714 (CHN) Estado Civil: SOLTEIRO(A);
Escolaridade: 2º. GRAU COMPLETO; Profissão: FISCAL; Telefone de Contato: NAO INFORMADO; Telefone
Celular: 88129605
Endereço Residencial: BAIRRO DE FRAGOSO (BAIRRO), 1, IX TRAVESSA AGAMENON
MAGALHAES, Nº 270, SÍTIO FRAGOSO, 55000-000, FRAGOSO, PAULISTA, PERNAMBUCO,
BRASIL, CEMITERIO MORADA DA PAZ
Endereço Comercial: NAO INFORMADO

13E000/maracanhão/VisualizaBO.do?id= 11/12/2013



Dados Comerciais: NÃO INFORMADO

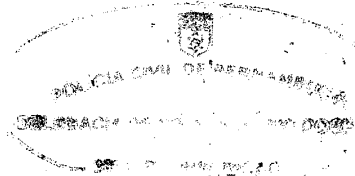
Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

Complemento / Observação

A VITIMA DECLAROU QUE NA MADRUGADA DE 12/02/2013 QUANDO CHEGAVA EM SUA CASA CONDUZINDO PELA A RUA IX TRAVESSA AGAMENON MAGALHAES NO BAIRRO DO STIO FRAGOSO EM PAULISTA A MOTOCICLETA HONDA CG 130 TITAN PLACA PPH-8697/PE REGISTRADA EM NOME DE MARIA DO SOCORRO DE OLIVEIRA LIMA, ACIDENTOU-SE, APOS TENTAR SUBIR A RAMPA DE ACESSO A SUA CASA E OS PNEUS DERRAPAREM FAZENDO-O PERDER O EQUILIBRIO E CAIR NA PISTA DE ROLAMENTO DAQUELA RUA. A VITIMA DECLAROU QUE APOS O ACIDENTE FOI SOCORRIDO PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO(UPA) DE OLINDA. OBSERVAÇÃO: CASCAFETO A DELEGACIA DE POLICIA DA 22ª CIRCUNSCRIÇÃO - PAULISTA.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial

Cristiano Miguel Pereira
CRISTIANO MIGUEL PEREIRA
(VITIMA)



S.O. registrado pelo policial: MAURICIO FERNANDO A. DA SILVA MAT. 152.497-6
Matrícula: 152497-6

Visualizar documento: 2102251646333100000074383740 11/12/2013



Seguradora Líder - DPVAT

AUTORIZAÇÃO DE PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO



Nº DO SINISTRO

CAMPO PREENCHIDO PELA SEGURADORA

Este formulário deve ser preenchido exclusivamente com **dados do beneficiário** da indenização do Seguro DPVAT, nunca com dados de terceiros, ainda que esses sejam procuradores. Recomenda-se o preenchimento em letra de forma e sem rasuras, para evitar atraso no recebimento da indenização no banco.

EU, CRISTIANO MIGUEL PEREIRA

PORTADOR(A) DO RG Nº 5642358 EXPEDIDO POR SDS PE EM 26/06/05 E

CPF 031327174-22 /CNPJ 000000000000000000, PROFISSÃO F. DE MONTAGEM

E RENDA MENSAL DE R\$ 1000,00 (*) NA QUALIDADE DE BENEFICIÁRIO(A) DO VALOR REFERENTE À INDENIZAÇÃO / REEMBOLSO DO SEGURO DPVAT DA VÍTIMA CRISTIANO MIGUEL PEREIRA, AUTORIZO A SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT A EFETUAR O CRÉDITO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ABAIXO PRESTADAS.

(*) A Circular Susep nº 445/2012, que trata da prevenção à lavagem de dinheiro no mercado segurador, determina que todas as seguradoras são obrigadas a constituir cadastro de todas as pessoas envolvidas no pagamento da indenização. Este cadastro deve conter, além dos documentos de identificação pessoal, informações acerca da profissão e da faixa de renda mensal.

! Para evitar a reprogramação de um pagamento, lembre-se:

1) Os seguintes documentos não devem, de forma nenhuma, ser apresentados:

- Conta salário e/ou benefício;
- Conta pessoa jurídica;
- Conta conjunta quando o beneficiário/vítima não for o titular;
- Conta tipo FÁCIL: atenção para o limite de movimentação financeira mensal;
- Conta tipo FÁCIL operação 023 da CEF (Caixa Econômica Federal);
- Conta-POUPANÇA operação 013 da CEF aberta em Unidades Lotéricas com limite de movimentação financeira mensal de até R\$2000,00;
- Conta bloqueada, inativa ou em proposta (não será aceita proposta de abertura de conta como documento comprobatório dos dados bancários);

2) O CPF do beneficiário/vítima não pode estar inválido, pendente de regularização ou cancelado (recomendamos a consulta ao site da RECEITA FEDERAL - www.receita.fazenda.gov.br);

3) O CPF da conta informada para depósito não pode ser diferente do CPF cadastrado no SISDPVAT Sinistro.

- ☐ CRÉDITO EM CONTA-CORRENTE (ACEITAS CONTAS DE TODOS OS BANCOS)
BANCO _____ AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-CORRENTE _____
- ☐ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DO BANCO BRADESCO
BANCO 237 • AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA _____
- ☐ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DO BANCO DO BRASIL
BANCO 001 • AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA _____
- ☐ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DO BANCO ITAÚ
BANCO 341 • AGÊNCIA _____ (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA _____
- ☒ CRÉDITO EM CONTA-POUPANÇA DA CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
BANCO 104 • AGÊNCIA 0244 (INCLUA O DÍGITO VERIFICADOR DA AGÊNCIA, SE EXISTIR) • CONTA-POUPANÇA 80019378-3

DECLARO QUE A CONTA ACIMA MENCIONADA É DE MINHA TITULARIDADE. UMA VEZ EFETUADO O PAGAMENTO/CRÉDITO DA INDENIZAÇÃO, DE ACORDO COM AS INFORMAÇÕES ACIMA DESCRITAS, RECONHEÇO O RECEBIMENTO E ASSINO COMO QUITADO O VALOR DA REFERIDA INDENIZAÇÃO.

LOCAL OLINDA PE

DATA 13/12/13

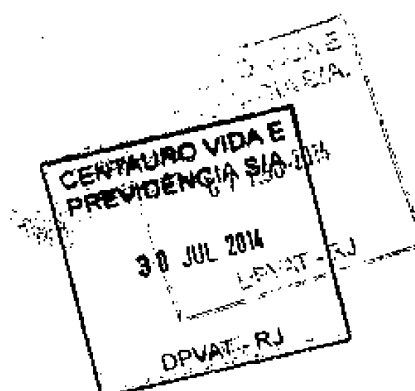
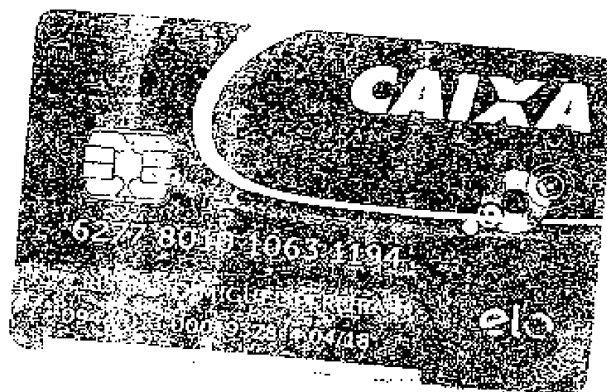
ASSINATURA DO(A) BENEFICIÁRIO(A) CRISTIANO MIGUEL PEREIRA

! ATENÇÃO

• O Seguro DPVAT garante indenização de R\$13.500,00 em caso de morte (valor que será pago ao/s legítimo/s beneficiário/s, obedecendo a legislação vigente na data do acidente), indenização de até R\$13.500,00 em caso de invalidez permanente (valor que varia conforme a gravidade das sequelas e de acordo com a tabela de seguro prevista na Lei 11.945/2009) e reembolso de até R\$ 2.700,00 em caso de despesas médico-hospitalares.

- Para acompanhar o processo de análise do pedido de indenização, acesse www.dpvatseguradotransito.com.br ou ligue para o SAC DPVAT 0800-0221204.







GOVERNO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
SECRETARIA DE DEFESA SOCIAL
POLICIA CIVIL DE PERNAMBUCO
DELEGACIA DE POLICIA DA 626A. CIRCUNSCRICAO - RIO
DOCE

BOLETA DE OCORRÊNCIA Nº 1320116004596

Ocorrência registrada nesta unidade policial no dia 16/12/2012 às 14:17

Número de BO que esta complementa: 1320116004599

ACIDENTE DE TRANSITO COM VITIMA NAUTATAL - (SU)2050

(Consumado) que aconteceu no dia 16/9/2011 no período da Madrugada

Fato ocorrido no endereço: BAIRRO DE FRAGOSO (BAIRRO), 1, RUA IX
TRAVESSA AGAMENON MACALHAES, SÍTIO FRAGOSO. Bairro: FRAGOSO
Município: PAULISTA - Estado: PERNAMBUCO - País: BRASIL - Ponto de
Referência: EM FRENTE AO NUMERO 270
Local do Fato: VIA PUBLICA - Pessoa: NÃO INFORMADO

Pessoa(s) envolvida(s) na ocorrência:
CRISTIANO MIGUEL PEREIRA (VITIMA)

Objeto(s) envolvido(s) na ocorrência:

Qualificação da(s) pessoa(s) envolvida(s)

(VITIMA) - CRISTIANO MIGUEL PEREIRA (presente ao plantão) - Sexo: Masculino
Mãe: MARIA DAS GRACAS FERREIRA DOS SANTOS, Pai: DEYVIDO MIGUEL PEREIRA Data de
Nascimento: 13/06/1973, Nacionalidade: PAULISTA / PERNAMBUCO / BRASIL

Documentos: 5642356/SSP/PE (RG), 03132817422 (CPF), 02730254714 (CNH) Estado Civil: SOLTEIRO(A);

Escolaridade: 2º. GRAU COMPLETO; Profissão FISCAL: Telefone de Contato: NÃO INFORMADO; Celular:

Celular: 88129605

Endereço: Residência: BAIRRO DE FRAGOSO (BAIRRO), 1, IX TRAVESSA AGAMENON
MACALHAES, Nº 270, SÍTIO FRAGOSO, 55000-000, FRAGOSO, PAULISTA, PERNAMBUCO, BRASIL, CEMITERIO MORADA DA PAZ

Endereço Comercial: NÃO INFORMADO

<http://www3.sds.pe.gov.br:8080/pernambuco/VisualizaBO.do?id=11/12/2013>



Este campo NÃO INFORMADO

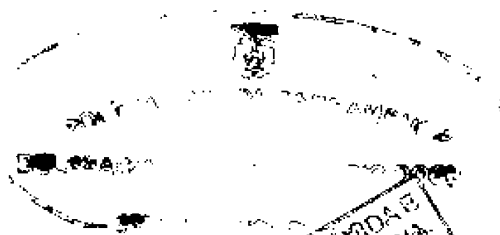
Qualificação do(s) objeto(s) envolvido(s)

Complemento / Observação

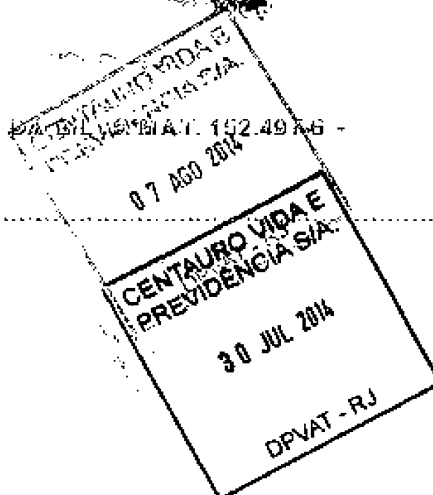
A VITIMA DECLAROU QUE NA NOTURNA DA PR 1970759-1, EM 12/07/2014, ELA ESTAVA CONDUZINDO PELA AV. TUA DE VERMELHA, CAPIMES, INTERMUNIC. DE PERNAMBUCO, EM 12/07/2014, EM HORARIO DE NOITE, COM VEICULO DO TIPO CARRO, MARCA FIAT, MODELO PRACOTYPE, ANO 2014, EM VISTA DE VISTA DE RECEPTO DE OLHEIRA LIMA, ACIDENTOU-SE, APÓS TENTAR QUEBRAR O TRAFEGO DE UM CARRO - OS PNEUS DESGABARFAR, FAZENDO-O PERDERER O EQUILIBRIO E CAIR NA BARRA DE FOLAMENTO DAQUELA RUA. A VITIMA DECLAROU QUE APÓS O ACIDENTE FOI SOCORRIDO PARA A UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO (UPA) DE OLINDA. OBSERVAÇÃO: CASO AFETO A DELEGACIA DE POLICIA DA 2ª CIRCUNSCRIÇÃO - PAULISTA.

Assinatura da(s) pessoa(s) presente nesta unidade policial:

Christiano Miguel Pereira
CHRISTIANO MIGUEL PEREIRA
(VITIMA)



B.O. registrado pelo policial MAURICIO FERNANDO A. DE OLIVEIRA, 152-4976 - Matrícula: 152497-5



<http://ww8.sds.pe.gov.br/3080/pernambuco/VisualizarBO.do?id=11/12/2013>





DECLARAÇÃO DE AUSÊNCIA DE LAUDO DO IML

Eu, CRISTIANO MIGUEL PEREIRA, portador da carteira de identidade nº 031.328.174-22 e inscrito no CPF/MF sob o nº 9º TRAVESSA AGAMENON MAGALHÃES TABAJARA, residente e domiciliado na Cidade PAULISTA, Estado DE, declaro, sob as penas da lei, que estou impossibilitado de apresentar o laudo do Instituto Médico Legal - IML para os fins de requerimento de indenização do Seguro DPVAT (Lei nº 6.194/74), uma vez que:

- ☒ Não há estabelecimento do IML no município da minha residência; ou
☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido não realiza perícias para fins de prova do Seguro DPVAT; ou
☐ O estabelecimento do IML localizado no Município em que resido realiza perícias com prazo superior a 90 (noventa) dias do respectivo pedido;

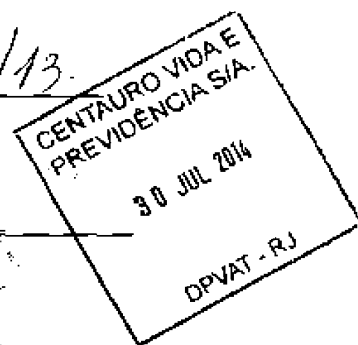
Com o objetivo de permitir o exame do meu pedido de indenização do Seguro DPVAT, para a cobertura de invalidez permanente causada diretamente por veículo automotor de via terrestre, solicito que esta declaração permita o prosseguimento a análise da minha documentação sem a apresentação do laudo do Instituto Médico Legal-IML, concordando, desde já, em me submeter à perícia médica às custas da Seguradora Líder DPVAT para a correta avaliação da existência e aferição do grau da lesão, ou lesões, para os fins do §1º do art. 3º da Lei nº 6.194/74.

Declaro ainda estar ciente de que a autorização para a realização dessa perícia não significa prévia concordância com a futura avaliação médica ou renúncia ao direito de impugná-la, caso discorde do seu conteúdo.

OLINDA DE 13/12/13.
Local e data

CRISTIANO MIGUEL PEREIRA
Assinatura do declarante

Assinatura do representante legal





DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA

Eu, CRISTIANO MIGUEL PEREIRA

RG nº 5642358, data de expedição 26/06/03, órgão SDS DC,

CPF 031328174-22, Venho perante a este instrumento declarar que não possuo comprovante de

endereço em meu nome, sendo certo e verdadeiro que resido no endereço abaixo descrito seguindo, em anexo, documento

comprobatório em nome de terceiro:

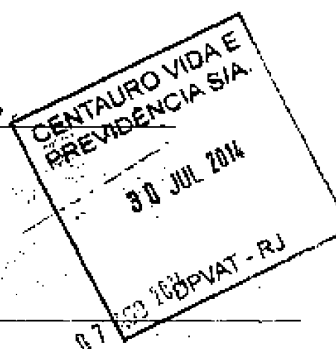
Logradouro(Rua/Avenida/Prça)	<u>9ª TRAVESSA AKAMENON MAGALHÃES</u>
Número	
Apto/Complemento	
BAIRRO	<u>TABAJARA</u>
CIDADE	<u>PAUZISTA</u>
ESTADO	<u>PE</u>
CEP	
Telefone de Contato	
E-mail	

Por ser verdade, firmo-me.

CONTATOS
(01) 3491.0360 / 3431.8823
(01) 9219.0525 / 3075.6584
(01) 9218.3735 / 8874.8283

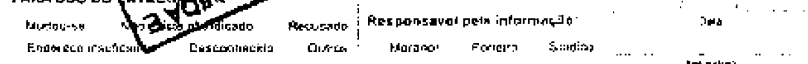
02.00DA PE 13/12/13
Local e data

CRISTIANO MIGUEL PEREIRA
Assinatura do declarante



Assinatura do representante legal





TREZADO CLIENTE. É SEU DEVER MANTER O CADASTRO ATUALIZADO-ART.143
RES 414/2010

[illegible]

1. The first step in the process of identifying a problem is to define the problem. This involves identifying the symptoms of the problem and determining the scope of the problem. Once the problem has been defined, the next step is to identify the causes of the problem. This involves identifying the factors that are contributing to the problem and determining the underlying causes of the problem. Once the causes of the problem have been identified, the next step is to develop a plan to address the problem. This involves identifying the actions that need to be taken to address the problem and determining the resources that will be needed to implement the plan. Once a plan has been developed, the next step is to implement the plan. This involves taking the actions that have been identified in the plan and putting them into practice. Finally, the last step in the process is to evaluate the results of the plan. This involves determining whether the plan has been successful in addressing the problem and identifying any areas for improvement.

എന്നിവയെ പറ്റി പട്ടിക 2 ലെ മറ്റൊരു കോളത്തിൽ കാണാം.

$\mathbb{R}^n$ 上のベクトル場 X を考える。このとき、 X の積分曲線は、 $\mathbb{R}^n$ の点 x を始点とする。

150 152

BIJZONDERE VERORDENING VAN DE KUNSTEN-EN LETTEREN-ACADEMIE

1. *Phragmites* (Common reed)

E. coli, *S. aureus*, *C. albicans*, *P. aeruginosa*, *K. pneumoniae*

අනුකූල	අනුකූල	අනුකූල	අනුකූල
අනුකූල	අනුකූල	අනුකූල	අනුකූල

— *Journal of the American Medical Association*, 1997

DE MELLO JUNIOR, 25/02/2021, 16:40

stView.seam?x=2102251646333100000

Num. 75904204 - Pág. 16

<https://pje.tipe.jus.br:443/1q/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=21022516463333100000074383740>

Número do documento: 21022516463333100000074383740





 **UPA24h**  **GESTÃO HOSPITALAR**
UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO
OLINDA

Obs: Esta conta deverá ser paga com recursos públicos

FICHA DE ESCLARECIMENTO

Registro do Paciente: 2102251646333100000074383740

Nome: ANTONIO YVES CORDEIRO DE MELLO JUNIOR

Foi atendido às 13 hs do dia 10 de Julho de 2021

Diagnóstico Provável: FRATURA DE BASTÃO

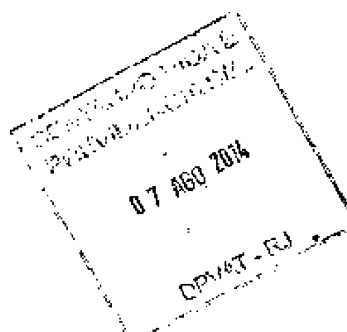
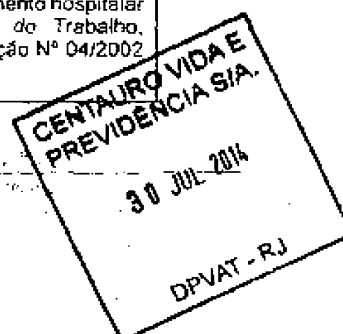
Tratamento Realizado: Redução e fixação com placa e parafusos

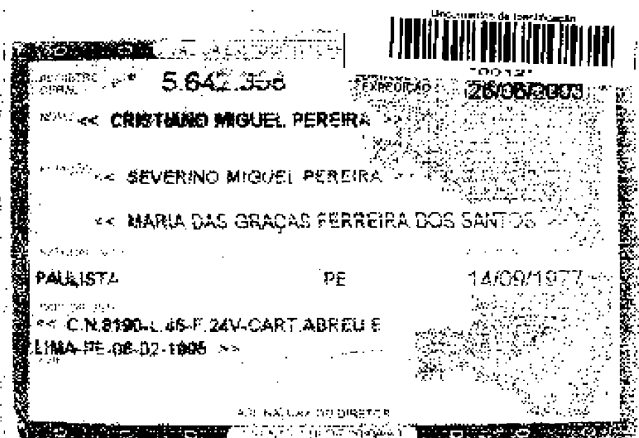
Observações: Dica - 13-10-2021
OK 07h00 hrs

Cópia de Relatório de Exame

Médico - CRM nº 4588

ATENÇÃO: Este documento destina-se a comprovação de atendimento hospitalar ou ambulatorial para INSS, Empresas, Escolas, Ministério do Trabalho, Continuidade do tratamento ambulatorial, segundo a recomendação Nº 04/2002 do Ministério Público do Estado de Pernambuco

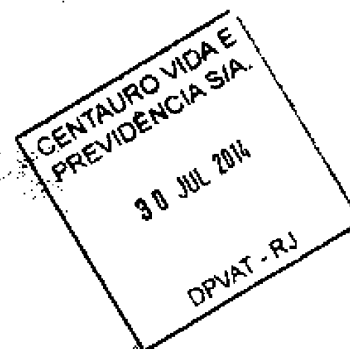
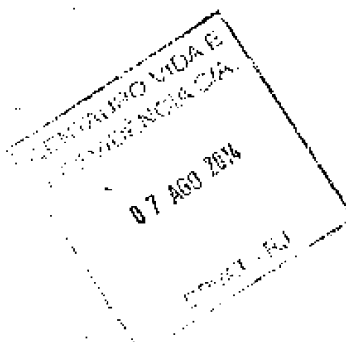


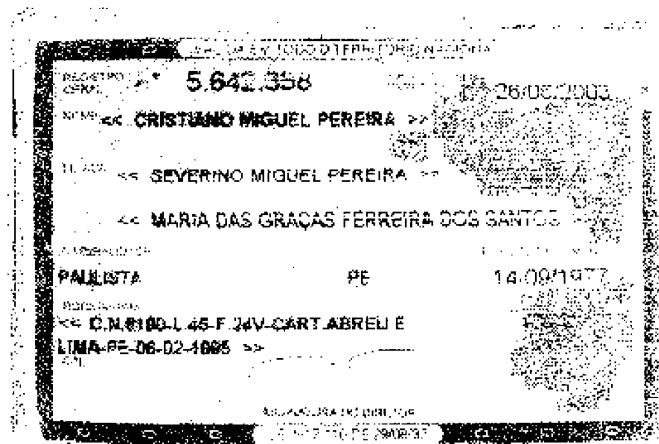
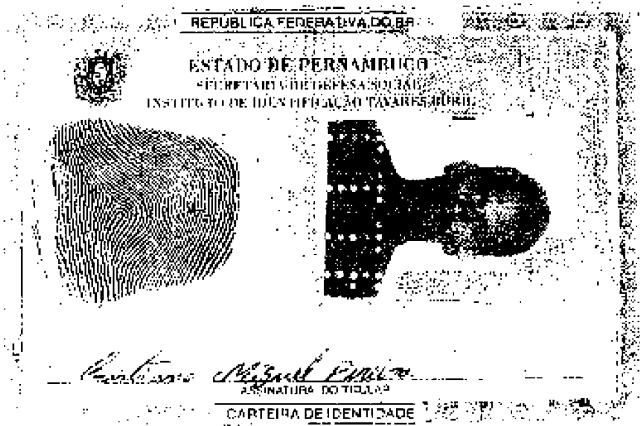


CONTATOS
(81) 3491.0360 / 3431.8823
(81) 9219.0525 / 3075.8564
(81) 9218.3735 / 8874.8263

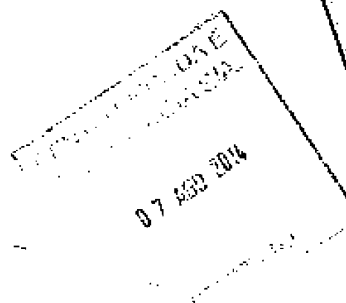
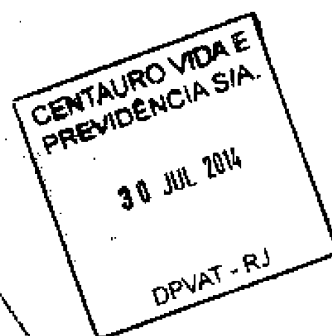
CONTATOS
(81) 3491.0360 / 3431.8823
(81) 9219.0525 / 3075.8564
(81) 9218.3735 / 8874.8263

CONTATOS
(81) 3491.0360 / 3431.8823
(81) 9219.0525 / 3075.8564
(81) 9218.3735 / 8874.8263





CONTATOS
(81) 3491.0360 / 3431.8823
(81) 9219.0525 / 3075.6564
(81) 9219.3735 / 8874.8263



MINISTÉRIO DA FAZENDA
Secretaria da Receita Federal

CPF - CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS

Nome
CRISTIANO MIGUEL PEREIRA

Nº de Inscrição
031328174-22

Data do Nascimento
14/09/77



Este documento é o comprovante de inscrição ao CADASTRO DE PESSOAS FÍSICAS - CPF, vedada a exigência por terceiros, salvo nos casos previstos na legislação vigente.

Assinatura

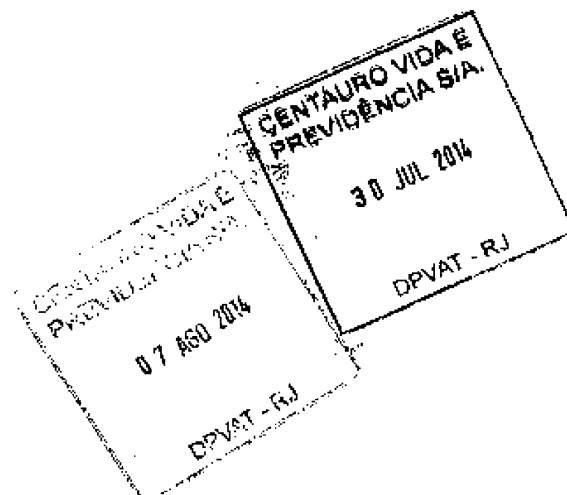
CRISTIANO MIGUEL PEREIRA

VÁLIDO EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL

Emitido em : 10/05/97

CONTATOS

(81) 3491.0360 / 3431.8823
 (81) 9219.0525 / 3075.6564
 (81) 9218.3735 / 8874.8263



CENTAUROvidas e previdência
Seguros para viver**Aviso de Sinistro DPVAT**

Código: 569552

Na forma do disposto, na resolução Nº 01/75 do Conselho de Seguros Privados e Capitalização - CNSP - levo ao conhecimento desta companhia a ocorrência do acidente em questão, com o veículo descrito abaixo:

Tipo de Veículo 09-Ciclomotor/Motoneta/Motocicleta/Triciclo		Placa PFH-9697/PE		
Nome da Vítima CRISTIANO MIGUEL PEREIRA		Natureza 2 - INVALIDEZ		
Tipo Sinistrado 3 - Motorista	Data Nascimento 14/09/1977	Tipo de CPF 0 - Possui CPF	CPF da Vítima 031 328.174-22	Data Ocorrência 18/09/2011

Em cumprimento ao item 10 da resolução Nº 01/75 do CNSP, junto ao presente aviso de sinistro os seguintes documentos:

() Certidão Nº 13E0116004596 da autoridade policial sobre a ocorrência;

() DUT Nº _____ () _____ () _____

() RG e CPF do Sinistrado () _____ () _____

() RG e CPF do(s) Beneficiário(s) () _____ () _____

Beneficiários					
Nome	Tipo Benef.	Vínculo	DL.Nasc.	CEP	CPF/CNPJ
CRISTIANO MIGUEL PEREIRA	Vítima	VITIMA	14/09/1977	53400-000	031.328.174-22

Declaramos ter recebido a via original do presente Aviso do Sinistro, com todos os documentos assinalados com (X).
Observações:

Nota.: Para cada vítima deverá ser emitido um aviso de sinistro, ainda que tenha havido diversas no mesmo acidente em 2(duas) vias, permanecendo uma em poder do beneficiário, a título de protocolo de recebimento dos documentos.

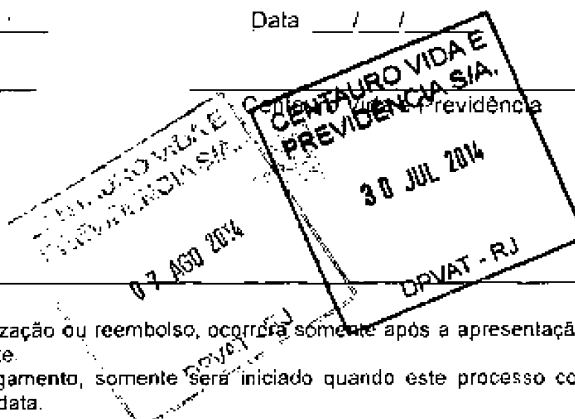
Local do Aviso _____

Data ____/____/____

Local da Entrega _____

Data ____/____/____

Beneficiário _____

**Atenção:**

- O processo de avaliação sobre o pagamento da indenização ou reembolso, ocorrerá somente após a apresentação de todos os documentos em conformidade com a legislação vigente.
- O prazo determinado por Lei de 30 dias para o pagamento, somente será iniciado quando este processo completo for cadastrado na Seguradora Lider, gerado o número Megadata.

AVENIDA TREZE DE MAIO, 41, 4º ANDAR - SALAS 401/402

Centro - Cep: 20031-007

Tel. (21) 2240-0401 Fax: (21) 2220-1402

site: <http://www.centauroseg.com.br> e-mail: dpvat-rj@centauroseg.com.br

RIO DE JANEIRO - RJ



CENTAURO

vida e previdência

Seguros para viver

Registro de Sinistro

DP.: 111

Processo: 0000/569552

Código: 569552

Unidade CENTAURO RIO DE JANEIRO		Parceiro M.S.A. SERVIÇOS DE		Sub-Parceiro MR ASSESSORIA	
BO Nº 13E0116004595	Data BO 11/12/2013	DELEGACIA DP DA 026A CIRC. RIO DOCE			
Placa PFH-9697/PE	Tipo de Veículo 09-Ciclomotor/Motoneta/Motocicleta/Triciclo			IML	
Nome da Vítima CRISTIANO MIGUEL PEREIRA			Tipo Sinistrado 3 - Motorista		Natureza 2 - INVALIDEZ
Sexo Sinistrado MASCULINO	Data Nascimento 14/09/1977	Tipo de CPF 0 - Possui CPF		CPF da Vítima 031.328.174-22	Data Ocorrência / Hora 18/09/2011 /
Cidade PAULISTA	UF PE	CEP 53400-000	Telefones		
Email atendimento@salek.com.br					
Qtde. Benef. 1	Data Óbito	Médico SN			Valor(INVALIDEZ) 0,00

Beneficiários

Nome	CEP	Endereço	Tipo Benef.	Vínculo	Bairro	Dt.Nasc.	CPF/CNPJ
Profissão			Complemento	Renda		Cidade	UF
CRISTIANO MIGUEL PEREIRA	53400-000	9 TV AGAMENON MAGALHAES 270	Vítima	VITIMA	TABAJARA	14/09/1977	031.328.174-22
RECUSOU INFORMAR				RECUSOU INFORMAR		PAULISTA	PE
Banco: 104 Caixa Econômica Fede Ag.: 0944 C/P 00019378-4							

Histórico

Data	Usuário	Situação
06/01/2014 17:56:10	MSA SUELEN	Pré-Cadastro não analisado
06/01/2014 17:58:39	MSA SUELEN	Pré-Cadastro com restrições
Detalhes das restrições		
FAVOR ENVIAR BOM DE PRIMEIRO ATENDIMENTO.		
24/07/2014 15:36:56	MSA LAIS	Documentação complementar recebida na Unidade
25/07/2014 13:37:55	MSA FABIANA	Pré-Cadastro analisado e aprovado

Atenção:

- O processo de avaliação sobre o pagamento da indenização ou reembolso, ocorrerá somente após a apresentação de todos os documentos em conformidade com a legislação vigente.
- O prazo determinado por Lei de 30 dias para o pagamento, somente será iniciado quando este processo completo for cadastrado na Seguradora Líder, gerado o número Megadata.

AVENIDA TREZE DE MAIO, 41, 4º ANDAR - SALAS 401/402 Centro - Cep: 20031-007

Tel.: (21) 2240-0401 Fax: (21) 2220-1402

e-mail: dpvat-rj@centauroseg.com.br

RIO DE JANEIRO - RJ

Entre em nosso site <http://www.centauroseg.com.br> e acesse em DPVAT ON LINE, faça sua consulta individual, citando o código 569552 e a data de nascimento 14/09/1977 da vítima e acompanhe o seu processo em tempo REAL!!!

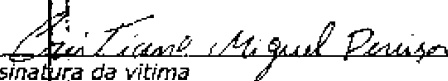


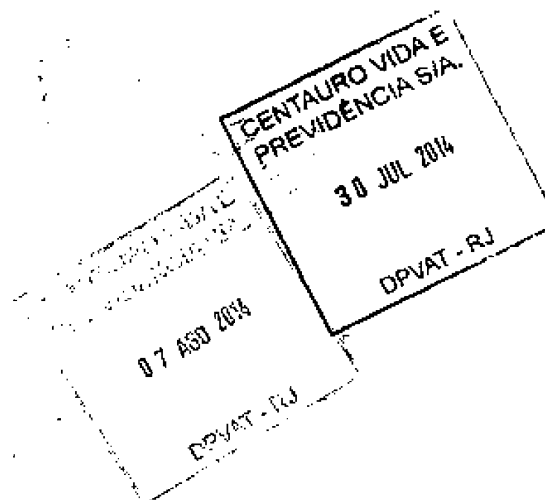
A Seguradora líder.

Vítima: **CRISTIANO MIGUEL PEREIRA**
Processo: **0000/569552**

Venho através desta, Informar que após várias tentativas de pegar documentos hospitalares constando todos histórico do tratamento (prontuário), não obtive êxito, tendo em vista que os hospitais não mais estão fornecendo o prontuário ou qualquer tipo de declaração constando tais informações. Desde já, interpreto tal solicitação como Imprópria, uma vez que se esgotaram todas as possibilidades de adquirir tais documentos, peço que seja marcada uma perícia com os médicos da líder, para que eu possa receber meu seguro DPVAT.

Paulista - PE, 14/07/2014.


Assinatura da vítima





Seguradora Líder - DPVAT

Rio de Janeiro, 03 de Setembro de 2014

Carta nº: 5012277

A/C: CRISTIANO MIGUEL PEREIRA

Sinistro: 2014623597
Vitima: CRISTIANO MIGUEL PEREIRA
Data Acidente: 18/09/2011
Natureza: INVALIDEZ
Procurador:

Ref.: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO, COM MEMÓRIA DE CÁLCULO DE INVALIDEZ

Prezado(a) Senhor(a),

Informamos que estamos disponibilizando o pagamento da indenização do seguro obrigatório DPVAT cujo o valor e os dados disponibilizamos a seguir:

Creditado: CRISTIANO MIGUEL PEREIRA

Valor: R\$ 1.687,50

Banco: 104

Agência: 000000944

Conta: 000000019378-4

Tipo: CONTA POUPANÇA

Memória de Cálculo:

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um tornozelo 25%

Graduação: Em grau médio 50%

% Invalidez Permanente DPVAT: (50% de 25%) 12,50%

Valor a indenizar: 12,50% x 13.500,00 =

R\$ 1.687,50

Multa:

R\$ 0,00

Juros:

R\$ 0,00

Total creditado:

R\$ 1.687,50

NOTA: O percentual indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, sendo este aplicável sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente.

Em caso de dúvida, entre em contato conosco por meio do SAC DPVAT 0800 022 12 04 ou através do nosso site www.dpvatsegurodotransito.com.br.

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Pag. 00991/00992 - carta_15R

00030496



Laudo de Avaliação Médica para fins de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes em Vitimas do Seguro DPVAT

Documento confidencial, de circulação restrita, regida por sigilo

Sinistro: 2014623597 - 1
Nome do(a) Examinado(a): CRISTIANO MIGUEL PEREIRA
Endereço do(a) Examinado(a): 9ª TRAVESSA AGAMENON MAGALHAES nº 270 - FRAGOSO - PAULISTA/PE
Identificação - Órgão Emissor/UF/Número: RG 5642358 - SSP
Data local do exame: 22/08/2014 RECIFE/PE

Resultado da Avaliação Médica

I. Descreva as lesões produzidas pelo trauma, o resultado do exame físico voltado para as regiões lesionadas e o(s) diagnóstico(s)

TRAUMA EM TORNOZELO D.

a) O quadro clínico documentado neste exame decorre de lesão que tenha sido provocada em acidente automobilístico registrado na forma de sinistro que indicou esta avaliação?

☒ SIM

☐ NÃO

b) A(s) queixa(s) do(a) Examinado(a) está(ão) relacionada(s) com as lesões decorrentes deste acidente, inclusive com os registros em boletim de atendimento médico?

☒ SIM

☐ NÃO

II. Descreva a evolução atual do quadro clínico, os tratamentos realizados, a data da alta e os resultados, incluindo complicação.

TTO CONSERVADOR EM TORNOZELO D.COM ALTA MEDICA

III. Existe sequela (lesão deficitária irreversível não mais susceptível à qualquer medida terapêutica)?

☒ SIM

☐ NÃO

Existindo sequela(s) que seja(m) geradora(s) de invalidez total ou parcial informe qual(is) e descreva as perdas anatômicas e/ou funcionais que sejam definitivas e que justifiquem os danos corporais permanentes.

DOR ARTICULAR,EDEMA RESIDUAL E MINIMA LIMITAÇÃO DA INVERSÃO DO TORNOZELO D.

IV. Segundo o previsto no inciso II, §1º do art. 3º da Lei 6.194/74, modificado pelo art. 31º da Lei 11.945/2009 determine o dano corporal permanente e o quantifique correlacionando a melhor graduação e, em caso de danos parciais, o percentual que represente os prejuízos definitivos em cada segmento corporal acometido.

a) Havendo alguma das condições abaixo, assinalar sempre justificando o enquadramento no campo das observações(*)

☐ Vitima em tratamento

☐ Sem sequela permanente

Esta avaliação médica deve ser repetida em dias

Não existem lesões diretamente decorrentes de acidente de trânsito que não sejam suscetíveis de amenização proporcionada por qualquer medida terapêutica

☐ Exame não permite conclusão

Vide motivo do impedimento no campo das observações

b) Havendo dano corporal segmentar parcial, completo ou incompleto, apresente abaixo as graduações que sejam relativas às regiões corporais acometidas.

Região Corporal(Sequela)

Região Corporal(Sequela)

TORNOZELO D.

☐ 10% ☐ 25% ☒ 50% ☐ 75% ☐ 100%

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

Região Corporal(Sequela)

Região Corporal(Sequela)

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

☐ 10% ☐ 25% ☐ 50% ☐ 75% ☐ 100%

c) Havendo dano corporal total com repercussão na íntegra do patrimônio físico - assinale a opção abaixo sempre apresentando a justificativa médica para este enquadramento no campo das observações(*)

☐ Total = "100% da IS"

V. Observações e informações adicionais de interesse voltado ao exame médico e/ou à valorização do dano corporal.

Local e data de realização do exame médico legal:

PE - RECIFE, 22/08/2014

Médico Perito: CLAUDIO VITOR GROSSI CRM: 5263800-5

CLAUDIO VITOR GROSSI
Médico Especialista
Ortopedia e Traumatologia
CRM 5263800-5

Assinatura do perito Examinador - CRM



PARECER DE PERÍCIA MÉDICA

 Seguradora Líder dos
Consórcios do Seguro DPVAT

DADOS DO SINISTRO

Número: 2014623597

Cidade: Paulista

Natureza: Invalidez Permanente

Vítima: CRISTIANO MIGUEL PEREIRA

Data do acidente: 18/09/2011

Seguradora: CENTAURO VIDA E
PREVIDÊNCIA S/A

PARECER

Diagnóstico: TRAUMA EM TORNOZELO D.

Descrição do exame médico pericial: DOR ARTICULAR, EDEMA RESIDUAL E MÍNIMA LIMITAÇÃO DA INVERSÃO DO TORNOZELO D.

Resultados terapêuticos: TTO CONSERVADOR EM TORNOZELO D.COM ALTA MEDICA

Sequelas permanentes: APRESENTA LIMITAÇÃO DOS MOVIMENTOS DO TORNOZELO DIREITO

Sequelas: Com sequela

Data da perícia: 22/08/2014

Conduta mantida:

Observações:

Médico examinador: CLAUDIO VITOR GROSSI

CRM do médico: 52638005

UF do CRM do médico: RJ

DANOS

DANOS CORPORAIS COMPROVADOS	Percentual da Perda (Tabela da Lei 6.194/74)	Enquadramento da Perda (art 3º § 1º da Lei 6.194/74)	% Apurado	Indenização pelo dano
Perda completa da mobilidade de um tornozelo	25 %	Em grau médio	12,5 %	R\$ 1.687,50
Total			12,5 %	R\$ 1.687,50

PRESTADOR

CNIS - Cadastro Nacional Informações e Serviços

Médico revisor: FABIO S SELERI FERNANDES

CRM do médico: 52.63021-7

UF do CRM do médico: RJ

Assinatura do médico:





Banco do Brasil
Comprovante de pagamento

SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIO

02/09/2014

02/09/2014

- BANCO DO BRASIL -

16:50:34

COMPROVANTE DE TRANSFERENCIA

FORMA DE PAGAMENTO: Doc. eletrônico

CLIENTE: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S/A

AGÊNCIA: 1769-8

CONTA: 000.000.611.000-2

DATA DA TRANSFERENCIA:

28/08/2014

NUMERO DO DOCUMENTO:

VALOR TOTAL:

1.687,50

*****TRANSFERIDO PARA:

CLIENTE: CRISTIANO MIGUEL PEREIRA

BANCO: 104

AGÊNCIA: 0944-

CONTA: 000.000.019.378-4

Nr. da Autenticação D.6A9.9D1.9E6.452.C59



GM

GOUVEIA MAGALHÃES MARIANO MOURY FERNANDES

Exmo. Sr. Juiz de Direito do 14 Vara Cível da Comarca de Recife - PE.

Processo n.º 0075658-91.2014.8.17.0001

Companhia Excelsior de Seguros com sede na Av. Marquês de Olinda, nº 175 - Recife Antigo -PE, nos autos da **Ação de Cobrança de Indenização de Seguro Obrigatório DPVAT**, que lhe promove **CRISTIANO MIGUEL PEREIRA**, vem, por seus advogados infra-assinados, *ut* instrumento de mandato em anexo (**Doc. 04**), com endereço na Av. Governador Agamenon Magalhães, n.º 4779, 22º andar, Empresarial Isaac Newton, Ilha do Leite, Cep 50070-160, Recife/PE, onde receberão as intimações de estilo, apresentar a sua **CONTESTAÇÃO**, pelas razões de fato e de direito a seguir aduzidas:

1 - DAS PRELIMINARES

1.1 - Da Carência De Ação – Falta De Interesse De Agir

A quantia pleiteada pela adversa parte, a título de Seguro DPVAT, já lhe foi integralmente paga administrativamente, pela empresa Demandada, não havendo que se falar em qualquer possibilidade de complemento da indenização, donde se conclui que é patente a inexistência do seu interesse de agir, autorizando que seja extinta a presente ação, sem resolução do mérito, com base no artigo 267, inciso VI, do Código de Processo Civil pátrio.



Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.070-160 - Recife - PE - Brasil
Av. João Machado, 553 s/s 308 a 316 - Edif. Plaza Center - Centro - 58.013-520 - João Pessoa - PB - Brasil
Av. Tancredo Neves, 1632 s/s 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvores - 41.820-020 - Salvador - BA - Brasil



1.2 - Inépcia Da Inicial – Ausência de documentos indispensáveis à propositura da ação

Compete ao Autor quando da propositura da ação, fazer prova quanto aos fatos articulados, a fim de possibilitar ao juiz a análise e o conhecimento dos pedidos postos.

Determina o art. 283¹ do CPC, que a petição deverá ser instruída com os documentos tidos como indispensáveis à propositura da ação.

Ao se cotejar os autos, percebe-se que o Autor não teve o cuidado de acostar o laudo do Instituto Médico Legal para fazer prova quanto à existência e extensão da invalidez permanente que alega sofrer para o fim de sustentar o pedido de direito ao recebimento de complementação do seguro DPVAT.

Isso porque o art. 5º. da Lei nº 6194/74 Lei , que disciplina e o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores – DPVAT, estabelece que, *in verbis*:

“Art . 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos: (Redação dada pela Lei nº 11.482, de 2007)

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte; (Redação dada pela Lei nº 8.441, de 1992)

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e

¹ “São documentos indispensáveis à propositura da demanda somente aqueles sem os quais o mérito da causa não possa ser julgado” (Dinamarco, Cândido Rangel. Instituições de Direito Processual Civil, VIII, 5ª ed., São Paulo: Malheiros, 2005, p.381/382”(STJ-1ªT.,REsp 919.447, Min. Denise Arruda, j. 3.5.07.D.J.U 4.6.07).



Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.070-160 - Recife - PE, Brasil
Av. João Machado, 553 s/s 308 a 316 - Edif. Plaza Center - Centro - 58.013-520 - João Pessoa - PB - Brasil
Av. Tancredo Neves, 1632 s/s 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvores - 41.820-020 - Salvador - BA - Brasil



GM

GOUVEIA MAGALHÃES MARIANO MOURY FERNANDES

registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.

§ 2º Os documentos referidos no § 1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará.

§ 3º Não se concluindo na certidão de óbito o nexo de causa e efeito entre a morte e o acidente, será acrescentada a certidão de auto de necropsia, fornecida diretamente pelo instituto médico legal, independentemente de requisição ou autorização da autoridade policial ou da jurisdição do acidente.

§ 4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora. (Incluído pela Lei nº 8.441, de 1992)

§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais. (Redação dada pela Lei nº 11.945, de 2009). (Produção de efeitos).

Por sua vez, a Resolução nº 154/2006 2006 da CNSP, que disciplina e o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores – DPVAT, estabelece que, *in verbis*:

“Art. 19. Para fins de liquidação do sinistro, o beneficiário deverá apresentar a seguinte documentação:

I - Indenização por morte:

- a) certidão de óbito;
- b) registro de ocorrência expedido pela autoridade policial competente; e
- c) prova da qualidade de beneficiário;

II - indenização por invalidez permanente:

a) laudo do Instituto Médico Legal da circunscrição do acidente, qualificando a extensão das lesões físicas ou psíquicas da vítima e atestando o estado de invalidez permanente, de acordo com os percentuais da Tabela das Condições Gerais de Seguro de Acidentes Pessoais, suplementadas, quando for o caso, pela



Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.070-160 - Recife - PE, Brasil
Av. João Machado, 553 s/s 308 a 316 - Edif. Plaza Center - Centro - 58.013-520 - João Pessoa - PB - Brasil
Av. Tancredo Neves, 1632 s/s 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvores - 41.820-020 - Salvador - BA - Brasil



GM

GOUVEIA MAGALHÃES MARIANO MOURY FERNANDES

Tabela de Acidentes do Trabalho e da Classificação Internacional de Doenças; e

b) registro da ocorrência expedido pela autoridade policial competente;

Tal prova poderia ter sido produzida sem a intervenção desse MM. Juízo, bastando apenas que comparecesse àquele órgão para a realização da análise clínica da lesão e eventual sequela sofrida.

Ausente o citado laudo, não poderá o juiz analisar o mérito da disputa (a existência ou não de eventual direito à complementação da indenização), nem tão pouco ordenar a produção de provas, pois sequer pôde conhecer da existência e extensão dos danos que o Demandante suportou no acidente de trânsito.

Uma vez contestada a ação, e não sendo permitida nesse momento processual a complementação da petição inicial, deve esta ser liminarmente indeferida.

Essa é posição da jurisprudência dominante, apenas para citar o seguinte aresto², *litteris*:

“Contestada a ação, a petição inicial já não pode ser emendada; a não ser assim, o réu – quem demonstrou o defeito – estaria fornecendo subsídios contra si próprio, em benefício do autor

Isso posto, estando patente a irregularidade insanável na petição inicial, ante a ausência de documento indispensável para a propositura da ação, o processo deve ser extinto, sem julgamento do mérito, com base no art. 295, c/c art. 267, I, do CPC, é o que de logo se requer.

1.3 - Da ilegitimidade Passiva da Seguradora Consorciada - Da substituição do Polo Passivo da Demanda

No caso em apreço, é indubitável a ilegitimidade da empresa ora demandada para suportar a condenação ora pleiteada em

² STJ. 2ª Seção. ED no Resp. 674.215, Min. Ari Pargendler, j. 25.6.08, DJ 4.11.08.



Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.070-160 - Recife - PE, Brasil
Av. João Machado, 553 s/s 308 a 316 - Edif. Plaza Center - Centro - 58.013-520 - João Pessoa - PB - Brasil
Av. Tancredo Neves, 1632 s/s 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvores - 41.820-020 - Salvador - BA - Brasil



lide, uma vez que, em decorrência da conversão dos convênios de seguros em consórcios, por força da Resolução SUSEP/CNSP nº 154, de 08.12.06, foi criada a **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S/A**, entidade essa que, a partir de então, passou a ser a responsável não apenas pela arrecadação, gestão e aplicação dos recursos concernentes ao “Seguro DPVAT”, mas também pela garantia do pagamento das indenizações decorrentes de tal seguro, o que autoriza a substituição processual no polo passivo da demanda.

1.4 - Da conversão do Rito Sumário em Ordinário

O art. 275, II, *d*, do CPC, estabelece que o rito sumário deve ser seguido para as causas de ressarcimento por danos causados em acidente de veículo de via terrestre.

Todavia, em virtude da complexidade dessa causa, onde é indispensável à realização de perícia por profissional qualificado, **impõe-se, a conversão do rito sumário para ordinário**, conforme disposto no art.277, § 5º, do CPC.

A jurisprudência pátria também se coaduna com esse entendimento, *litteris*:

“Processual Civil. Agravo no recurso especial. Ação indenizatória. Acidente de trânsito. Procedimento. Adoção do rito ordinário ao invés do sumário. Possibilidade. Precedentes. A jurisprudência do STJ acolhe entendimento no c de que, inexistindo prejuízo para a parte adversa, admissível é a conversão do rito sumário para o ordinário. Não há nulidade na adoção do rito ordinário ao invés do sumário, salvo se demonstrado prejuízo, notadamente porque o ordinário é mais amplo do que o sumário e propicia maior dilação probatória. Agravo não provido”.³

Pelo exposto, requer que a conversão do rito sumário para o rito ordinário, com fundamento no Artigo 277, § 5º do CPC.



³ AgRg no REsp 918.888/SP, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, TERCEIRA TURMA, julgado em 28.06.2007, DJ 01.08.2007 p. 487



2 - DO MÉRITO

Por extremada cautela, em homenagem ao princípio da eventualidade, uma vez ultrapassadas as preliminares supracitadas, o que verdadeiramente não se acredita, passa a demandada a impugnar quanto ao mérito o aduzido pela parte autora.

2.1 - Da Improcedência do pedido – Inexistência de Invalidez em Grau Máximo a fundamentar a Indenização Pleiteada – Aplicação da tabela Gradativa da Lei.

A presente ação parte do equivocado pressuposto de que o valor indenizatório máximo legal previsto é devido em toda e qualquer hipótese de invalidez ou debilidade ou sequela permanente, desde que decorrente de acidente de trânsito.

Na verdade, ao estabelecer que a indenização será de **“ATÉ” R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais)**, a lei fixou o referido valor apenas como um referencial, o teto, o limite. Não a indenização a ser paga por qualquer tipo de invalidez. *De jure*, o valor indenizatório máximo de R\$ 13.500,00 é devido, apenas, nos casos de morte e invalidez completa e total, ou seja, invalidez bilateral com perda de todos os movimentos do membro ou funções do órgão.

Nesse diapasão, não sendo a parte Demandante portadora de **invalidez permanente completa e total** não há que se falar em indenização ou complementação da indenização ao teto máximo estabelecido por lei, sendo, portanto, manifestamente improcedente a ação.

Por outro lado, a tabela gradativa para cálculo do valor indenizatório busca conferir às vítimas de acidentes de trânsito indenizações proporcionais às suas sequelas, de modo a evitar distorções, e, ao mesmo tempo, zelar pelo bom uso dos recursos arrecadados de todos os proprietários de veículos automotores. Assim, para indenizações por invalidez parcial, o valor de R\$ 13.500,00 é apenas a referência para o cálculo.



Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.070-160 - Recife - PE, Brasil
Av. João Machado, 553 s/s 308 a 316 - Edif. Plaza Center - Centro - 58.013-520 - João Pessoa - PB, Brasil
Av. Tancredo Neves, 1632 s/s 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvores - 41.820-020 - Salvador - BA, Brasil



E, com relação à tabela, a sua utilização já tem sido amplamente reconhecida pela jurisprudência, consoante se infere, do seguinte julgado, *in verbis*:

“Apelação Cível. Seguros DPVAT. Ilegitimidade passiva afastada. **Invalidez permanente.** Interpretação do disposto na Lei nº 6.194/74. Aplicação da tabela para o cálculo de indenização, em caso de invalidez permanente. **Ausência de demonstração da invalidez total permanente. Aplicação da tabela para o cálculo de indenização em caso de invalidez permanente.** Sentença parcialmente reformada. Preliminar afastada e apelo provido em parte⁴. (grifos e destaques apostos)

Necessário ainda esclarecer que, de acordo com o art. 3º, § 1º, II, da Lei 6.194/74 (com a redação dada pelo art. 31 da Lei 11.945/2009), a Tabela de Cálculo acima referida, **aplica dois parâmetros para graduar a indenização: a extensão e o grau da invalidez**. Ou seja: quando se tratar de **invalidez parcial** o cálculo da indenização, faz o enquadramento da perda anatômica ou funcional do membro ou órgão (extensão), e, do valor resultante, calcula o percentual (%) da perda anatômica ou funcional, que será de 75% do valor do membro para as perdas de repercussão intensa, 50% para as de repercussão média, 25% para as de leve repercussão, adotando-se ainda o percentual de 10% nos casos de sequelas residuais.

In casu, durante o procedimento administrativo constatou-se uma invalidez parcial que, de acordo com a legislação pertinente, limita o valor indenizável ao valor que lhe foi efetiva e corretamente pago, em conformidade com o art. 3º, § 2º, inc. II, da Lei 6.194/74, e ao amparo da jurisprudência, conforme julgados abaixo:

“Indenização do seguro paga na via administrativa no percentual devido. Sinistro ocorrido em novembro de 2009. Aplicação do valor previsto no art. 3º, inciso II, § 1º, da Lei 6.194/74, alterado pela Medida Provisória nº 451/2008, convertida na Lei nº 11.945/2009.”⁵

Conforme TJRS. Apelação Cível Nº 70021234711, Sexta Câmara Cível, Relator: Antônio Corrêa Palmeiro da Fontoura, Julgado em 22/11/2007

⁵ TJRN. Apelação Cível nº 2011.007363-6. Rel. Desembargador Expedito Ferreira. Julg 19/07/2011.



Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.070-160 - Recife - PE, Brasil
Av. João Machado, 553 s/s 308 a 316 - Edif. Plaza Center - Centro - 58.013-520 - João Pessoa - PB, Brasil
Av. Tancredo Neves, 1632 s/s 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvores - 41.820-020 - Salvador - BA, Brasil



O Superior Tribunal de Justiça⁶ já sedimentou a sua jurisprudência quanto à legalidade do pagamento proporcional, conforme se infere da leitura da seguinte decisão colacionada, *litteris*:

"Quanto à possibilidade de se fixar a indenização a partir do grau de invalidez, o v. acórdão recorrido encontra-se em conformidade com o entendimento pacificado nesta eg. Corte de Justiça no sentido de que 'é válida a utilização de tabela para redução proporcional da indenização a ser paga por seguro DPVAT, em situações de invalidez parcial' (REsp 1.101.572/RS, 3ª Turma, Rel. Min. NANCY ANDRIGHI, DJe de 16.11.2010). Com efeito, é possível o pagamento de indenização proporcional em caso de invalidez parcial permanente. Nesse sentido, confirmam-se, ainda, os seguintes precedentes: "CIVIL. AGRAVO REGIMENTAL. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE PARCIAL. PAGAMENTO PROPORCIONAL. POSSIBILIDADE. AGRAVO REGIMENTAL A QUE SE NEGA PROVIMENTO. 1. Em situações de invalidez parcial, é correta a utilização de tabela para redução proporcional da indenização a ser paga por seguro DPVAT. Precedente. 2. Agravo regimental a que se nega provimento." (AgRg no Ag 1.368.795/MT, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe de 18.4.2011) "AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE VIOLAÇÃO AO ARTIGO 535 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. DPVAT. SEGURO OBRIGATÓRIO. INVALIDEZ PERMANENTE. PERÍCIA MÉDICA. APURAÇÃO DO GRAU DA LESÃO SOFRIDA. PAGAMENTO PROPORCIONAL DO SEGURO. PRECEDENTES. DECISÃO AGRAVADA MANTIDA. IMPROVIMENTO. I.- Inexiste omissão ou ausência de fundamentação, não constando do acórdão embargado os defeitos previstos no artigo 535 do Código de Processo Civil, quando a decisão embargada tão-só mantém tese diferente da pretendida pela parte recorrente. II.- Em caso de invalidez parcial, o pagamento do seguro DPVAT deve observar a respectiva proporcionalidade. Precedentes. III. - A revisão do julgado no tocante ao preenchimento das condições necessárias ao recebimento da indenização (se a invalidez seria permanente ou parcial), demandaria reexame de provas, o que não se admite em âmbito de Recurso Especial, a teor do enunciado 7 da Súmula desta Corte. Agravo Regimental improvido." (AgRg no Ag 1.388.045/MT, Rel. Min. SIDNEI BENETI, DJe de 5.5.2011). Também não merece prosperar a tese de que a quantificação do grau de invalidez somente foi introduzida pela Medida Provisória 451/2008, não devendo, assim, ser aplicada ao caso concreto. Isso porque a referida norma apenas regulamentou a situação já prevista na Lei 6.194/74, vigente à época dos fatos. Nas palavras do eminente Ministro Luis Felipe Salomão: "Com efeito, de acordo com a



⁶ STJ, Resp. nº 1.157.468-PB, J. 29.02.2012, Relator: Min. Raul Araújo



redação vigente à época dos fatos, art. 3º, II, da Lei n.º 6.194/74 (determinada pela Lei 11.482/2007), em caso de invalidez permanente, o valor da indenização, a título de seguro obrigatório - DPVAT, será de até R\$13.500,00. A utilização, pelo legislador, do termo 'até' no referido inciso corrobora o entendimento sobre a necessidade de se aferir o grau de invalidez, ante o sentido de graduação em direção ao valor máximo, que traz insito a referida expressão, e ante o entendimento de que a lei não contém palavras inúteis. Ademais, o art. 5º, § 5º, da Lei 6.194/74, com a redação dada pela Lei 8.441/1992, que disciplina tal espécie de seguro, dispõe que: 'O instituto médico legal da jurisdição do acidente também quantificará as lesões físicas ou psíquicas permanentes para fins de seguro previsto nesta lei, em laudo complementar, no prazo médio de noventa dias do evento, de acordo com os percentuais da tabela das condições gerais de seguro de acidente suplementada, nas restrições e omissões desta, pela tabela de acidentes do trabalho e da classificação internacional das doenças'. A necessidade de quantificação das lesões pelo Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima foi mantida, inclusive, na nova redação data ao referido § 5º, pela redação dada pela Lei 11.945/2009, nos seguintes termos: '§ 5º O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo à vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais.' **Nessa linha de inteligência, não haveria sentido útil a letra da lei indicar a quantificação das lesões e percentuais da tabela para fins de DPVAT, se este seguro houvesse, sempre, de ser pago pelo valor integral, independentemente da extensão da lesão e do grau de invalidez causado pelo acidente.** A intenção do legislador ao utilizar a expressão invalidez permanente, para efeito de indenização pelo valor máximo foi abranger aqueles casos em que a lesão sofrida pelo acidentado seja expressiva a ponto de torná-lo incapaz para o trabalho, não sendo suficiente para caracterizá-la a ocorrência de lesão que, embora permanente, não o impossibilite de exercer atividade laboral." (REsp 1.250.017/RS, DJe de 7/6/2011) A propósito, os seguintes precedentes: AgRg no REsp 1.272.503/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, Terceira Turma, julgado em 13/12/2011, DJe 19/12/2011; AgRg no AREsp 20.628/MT, Rel. Ministra MARIA ISABEL GALLOTTI, Quarta Turma, julgado em 17/11/2011, DJe 24/11/2011. Diante do exposto, com fundamento no art. 557, caput, do Código de Processo Civil, nego seguimento ao recurso especial. (grifos e destaques apostos)

Ressalte-se ainda que recentemente o STJ editou a Súmula 474 consolidando permanentemente o entendimento favorável ao pagamento proporcional nos casos de invalidez parcial. Vejamos:



Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.070-160 - Recife - PE, Brasil
Av. João Machado, 553 s/s 308 a 316 - Edif. Plaza Center - Centro - 58.013-520 - João Pessoa - PB - Brasil
Av. Tancredo Neves, 1632 s/s 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvores - 41.820-020 - Salvador - BA - Brasil



GM

GOUVEIA MAGALHÃES MARIANO MOURY FERNANDES

Súmula 474: A indenização do seguro DPVAT, em caso de invalidez parcial do beneficiário, será paga de forma proporcional ao grau da invalidez.(DJe 19/06/2012 RSTJ vol. 226 p. 865)

À evidência, resta plenamente demonstrada que a complementação pretendida pela parte autora é totalmente descabida: a uma, por ela não ser portadora de invalidez em grau máximo; a duas, pois sendo portadora de invalidez parcial, já recebeu corretamente a indenização proporcional ao seu grau de invalidez.

Pensar de forma contrária, seria o mesmo que incentivar a proliferação deste tipo de ação, que guarda em si a busca do lucro fácil, do enriquecimento ilícito, em manifesto prejuízo aos contribuintes do seguro DPVAT.

Por fim, há que se destacar que a parte autora não alegou nem demonstrou que o valor que lhe foi pago fosse incompatível com a extensão e grau da sua invalidez, nem contestou a graduação da sua invalidez apurada no processo administrativo.

Sobre o tema, vale destacar o julgado abaixo, proferido pelo MM. Juízo da 33ª Vara Cível da Comarca do Recife que, em caso análogo ao que se enfrenta nos presentes autos, entendeu que a parte demandante não demonstrou que a verba indenizatória que lhe fora paga estava incompatível com o tipo de lesão que sofreu em virtude do acidente, *litteris*:

“(...) A autora sustenta que do acidente resultou sua invalidez permanente confirmado por laudo médico lavrado pelo médico perito do Instituto Médico Legal. A seguradora, por seu turno, indica que o pagamento da indenização se deu em conformidade com o percentual da lesão pela qual foi acometida a demandante, o que é plenamente plausível em virtude da possibilidade de graduação, nos termos do comando legal acima analisado. Ressalte-se que os percentuais adotados pela seguradora não foram objeto de questionamento por parte da demandante, a qual pleiteia o recebimento da diferença com argumento único de que deve receber o teto, o que, como já exaustivamente ressaltado, não é correto, ante a possibilidade de valoração em percentuais escalonados, respeitado o teto. Destarte, nas hipóteses de invalidez permanente, o valor indenizável obedece ao percentual indenizável máximo previsto na tabela e, tratando-se de debilidade, o cálculo é feito de



Av. Gov. Agamenon Magalhães, 479 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.070-160 - Recife - PE - Brasil
Av. João Machado, 553 s/s 308 a 316 - Edif. Plaza Center - Centro - 58.013-520 - João Pessoa - PB - Brasil
Av. Tancredo Neves, 1632 s/s 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvores - 41.820-020 - Salvador - BA - Brasil



GM

GOUVEIA MAGALHÃES MARIANO MOURY FERNANDES

acordo com o percentual de incapacidade provocado pela lesão e encontrado pelo médico. Ressalte-se que tais percentuais serão sempre aplicados sobre o valor máximo indenizável. (...)Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE O PEDIDO E EXTINGO O FEITO COM RESOLUÇÃO DO MÉRITO, nos termos do art. 269, I, c/c art. 285-A, do Código de Ritos. (...)”⁷.

Acaso lhe seja imposta condenação ao pagamento de indenização à parte demandante, o que se cogita apenas por cautela processual, há de se ressaltar a necessidade de realização de perícia médica oficial, para aferição da extensão e do grau da invalidez da parte Demandante.

Para tanto, deve ser observado o comando estabelecido no art. 5º, §5º, da Lei 6.194/74, alterado pela MP 451/2008, convertida na Lei nº 11.945/2009, que atribui ao Instituto Médico Legal a competência exclusiva para emitir o laudo, *in verbis*:

§ 5º - O Instituto Médico Legal da jurisdição do acidente ou da residência da vítima deverá fornecer, no prazo de até 90 (noventa) dias, laudo a vítima com a verificação da existência e quantificação das lesões permanentes, totais ou parciais. (grifos e destaques apostos)

Necessário, portanto, encaminhamento de ofício ao IML a fim de se verificar a existência da debilidade em grau máximo a justificar a indenização no teto fixado em lei e, em caso negativo, informar a extensão e o grau da invalidez para que seja possível o cálculo da indenização devida de acordo com a tabela da lei, sob pena de impossibilitar a aplicação correta da Lei, valendo nesse particular mencionar recente decisão o TJRJ⁸ sobre a matéria:

“Apelação Cível. Seguro Obrigatório - DPVAT. Rito Sumário. Invalidez Permanente. Como sabido em casos como ora controvertido, seria fundamental para que se constate o grau de incapacidade, a realização de perícia médica, o que não foi requerido pelas partes. O Juiz “e o dirigente do processo e, conforme disposto no Art. 130 do CPC, cabe a ele, “de ofício ou a requerimento da parte, determinar as provas necessárias à instrução do processo, indeferindo as diligências inúteis ou

⁷ 33ª Vara Cível do Recife/PE, Processo nº 0036878-24.2010.8.17.0001, Juiz Isaías Andrade Lins Neto, julgado em 23/07/2010.

⁸ TJRJ. AC nº 2009.001.13688, J. 06/05/2009, Relator: Des. Odete Kanaack de Souza



meramente protelatórias". Há, nos autos, apenas laudo do IML que atesta a debilidade permanente (fls. 27). Entretanto, tal documento não é hábil para apontar o percentual da indenização. Percebe-se, inclusive, que há um sétimo quesito cuja resposta é "não" sem, entretanto, mostrar-se visível qual seria a pergunta correspondente, portanto, falta prova fundamental para o julgamento. Recurso Provido." (grifos e destaques apostos)

2.2 - Da Correção Monetária a partir da Citação. Inaplicabilidade da Súmula 54 do STJ para a incidência de Juros de Mora

Ad argumentandum tantum, acaso seja considerada devida a verba requerida pela parte Demandante, não se pode aplicar a correção monetária a partir da data da ocorrência do alegado sinistro, uma vez que as obrigações decorrentes do "Seguro DPVAT" são incertas e ilíquidas e só se materializam após a apuração das situações fáticas e documentais apresentadas pelo beneficiário, através de procedimento administrativo ou judicial.

A Jurisprudência já se consolidou no sentido de que é inaplicável a Súmula nº 54 do STJ, no que concerne às indenizações do "seguro DPVAT", porque, de um lado, a entidade pagadora da indenização do "Seguro DPVAT" somente paga tal benefício desde que cumprido o devido procedimento concernente ao requerimento e ao deferimento da dita especial indenização; e, de outro, porque o "Seguro DPVAT" decorre de contrato de adesão legalmente imposto, regido por normas próprias, não estão, portanto, inserido no âmbito de aplicação da Súmula 54, do Superior Tribunal de Justiça. Nesse sentido, vale registrar a orientação pretoriana pátria, *in verbis*:

"CIVIL E PROCESSO CIVIL. RECURSO ESPECIAL. AÇÃO DE COBRANÇA. COMPLEMENTAÇÃO DE SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. JUROS MORATÓRIOS. TERMO INICIAL. - Os juros moratórios contam-se a partir da data em que a seguradora foi constituída em mora para proceder ao pagamento da diferença pleiteada pela recorrente, ou seja, a partir de sua citação. Recurso especial conhecido e provido. (...)".⁹ (grifos e destaques apostos)



⁹ RESP Nº 1.017.008 – SP, Relatora Ministra Nancy Andrighi, DJ 08/02/2008.



Nesse diapasão, incide na espécie o comando do artigo 405, do Código Civil vigente, segundo o qual, “*contam-se os juros da mora, nas obrigações ilíquidas, desde a citação inicial*”, cuja disciplina, por idêntico fundamento, deve ser aplicada para a correção monetária, considerada a partir da instauração da relação processual, com a instalação da mora, conforme se extrai do seguinte julgado, *in verbis*::

“AÇÃO DE COBRANÇA. SEGURO. DPVAT. **JUROS DE MORA E CORREÇÃO MONETÁRIA**. DESCUMPRIMENTO CONTRATUAL POR SI SÓ NÃO GERA DANO MORAL. Os juros de mora incidirão desde a citação, no percentual de 6% ao ano até a data em que entrou em vigor o novo Código Civil de 2002, e a partir de então, no percentual de 1% ao mês, a teor do disposto no artigo 406 deste Codex, combinado com o artigo 161, § 1º, do CTN.”¹⁰ (grifos e destaques apostos)

2.3 - Dos Honorários Advocatícios – Limitação imposta pela Lei nº.1060/50

Na remotíssima hipótese de condenação, os honorários de sucumbência deverão ser fixados mediante apreciação equitativa do juiz, considerando o grau de zelo do procurador, bem como a natureza e importância da causa, além do trabalho realizado, no percentual máximo de 15% (quinze por cento), conforme estabelecido na Lei nº. 1.060 de 05.02.1950.

3 - DOS PEDIDOS FINAIS

Ex positis, requer a demandada que V. Exa. se digne a:

a) acaso superadas as preliminares, que, em apreciando o mérito, sejam julgados TOTALMENTE IMPROCEDENTES os pleitos formulados na peça exordial;

b) Condenar a parte promovente ao pagamento das custas processuais e no ônus da sucumbência, a ser arbitrado no montante de 20% (vinte por cento) sobre o valor da inicial;



¹⁰ TJRS. Apelação Cível Nº 70008363194. Quinta Câmara Cível. Comarca de Porto Alegre.

Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.070-160 - Recife - PE, Brasil
Av. João Machado, 553 s/s 308 a 316 - Edif. Plaza Center - Centro - 58.013-520 - João Pessoa - PB - Brasil
Av. Tancredo Neves, 1632 s/s 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvores - 41.820-020 - Salvador - BA - Brasil



GM

GOUVEIA MAGALHÃES MARIANO MOURY FERNANDES

c) na remota hipótese de ser considerado devido o pagamento do complemento da indenização pleiteado, o que acredita, não ocorrerá, que seja expedido ofício ao IML para que especifique a extensão e o grau da invalidez, nos termos da lei, possibilitando que a indenização seja calculada de conformidade com percentual disposto em Lei, até o limite máximo indenizável, previsto na Lei 11.945/2009, abatendo-se o valor já pago administrativamente;

d) acaso haja condenação ao pagamento do complemento da indenização pleiteado, seja observada a disciplina supra-esposada para a incidência da correção monetária, considerada a partir da instauração da relação processual, com a constituição da mora;

Ad cautelam, requer a produção de todas as provas em direito admitidas, tal qual a inquirição de testemunhas, depoimento pessoal da demandante, juntada posterior de documentos, e tudo mais que se fizer necessário para o deslinde do feito.

Por fim, requer a Demandada que as notificações e/ou intimações de estilo, bem como as publicações editais doravante expedidas, sejam realizadas **EXCLUSIVAMENTE em nome do patrono PAULO HENRIQUE MAGALHÃES BARROS, OAB/PE 15.131, sob pena de nulidade.**

Nestes termos,
Pede Deferimento.
Recife, 05 de junho de 2015.

PAULO HENRIQUE MAGALHÃES BARROS
OAB/PE 15.131



Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.070-160 - Recife - PE, Brasil
Av. João Machado, 553 s/s 308 a 316 - Edif. Plaza Center - Centro - 58.013-520 - João Pessoa - PB - Brasil
Av. Tancredo Neves, 1632 s/s 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvores - 41.820-020 - Salvador - BA - Brasil



GM

GOUVEIA MAGALHÃES MARIANO MOURY FERNANDES

ROL DOS QUESITOS DE PERÍCIA MÉDICA

- 1) A vítima já foi submetida aos tratamentos médicos capazes de minimizar o dano? É acometida de invalidez permanente?
- 2) Em caso de invalidez permanente, esta é decorrente do acidente narrado pela parte Autora na petição inicial ou oriunda de circunstância anterior?
- 3) Estando constatada a invalidez permanente, esta caracteriza-se como TOTAL ou PARCIAL?
- 4) Em sendo comprovada a invalidez permanente PARCIAL, informar se é: completa, incompleta ou Bilateral;
- 5) Qual o grau de perda de mobilidade ou função apresentado pelo membro/órgão debilitado?



Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.070-160 - Recife - PE, Brasil
Av. João Machado, 553 s/s 308 a 316 - Edif. Plaza Center - Centro - 58.013-520 - João Pessoa - PB - Brasil
Av. Tancredo Neves, 1632 s/s 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvores - 41.820-020 - Salvador - BA - Brasil



DOCUMENTO 1
LEI 11.945/09

LEI 11.945/09

ANEXO

(art. 3º da Lei nº 6.194, de 19 de dezembro de 1974)

Danos Corporais Totais Repercussão na Íntegra do Patrimônio Físico	Percentual da Perda
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambos os membros superiores ou inferiores	100
Perda anatômica e/ou funcional completa de ambas as mãos ou de ambos os pés	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um membro superior e de um membro inferior	
Perda completa da visão em AMBOS os olhos (cegueira bilateral) ou cegueira legal bilateral	
Lesões neurológicas que cursem com: (a) dano cognitivo-comportamental alienante; (b) impedimento do senso de orientação espacial e/ou do livre deslocamento corporal; (c) perda completa do controle esfinteriano; (d) comprometimento de função vital ou autonômica	
Lesões de órgãos e estruturas crânio-faciais, cervicais, torácicos, abdominais, pélvicos ou retro-peritoneais cursando com prejuízos funcionais não compensáveis, de ordem autonômica, respiratória, cardiovascular, digestiva, excretora ou de qualquer outra espécie, desde que haja comprometimento de função vital	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Repercussões em Partes de Membros Superiores e Inferiores	Percentuais das Perdas
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros superiores e/ou de uma das mãos	70
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos membros inferiores	
Perda anatômica e/ou funcional completa de um dos pés	50
Perda completa da mobilidade de um dos ombros, cotovelos, punhos ou dedo polegar	25
Perda completa da mobilidade de um quadril, joelho ou tornozelo	
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dentre os outros dedos da mão	10
Perda anatômica e/ou funcional completa de qualquer um dos dedos do pé	
Danos Corporais Segmentares (Parciais) Outras Repercussões em Órgãos e Estruturas Corporais	Percentuais das Perdas
Perda auditiva total bilateral (surdez completa) ou da fonação (mudez completa) ou da visão de um olho	50
Perda completa da mobilidade de um segmento da coluna vertebral exceto o sacral	25
Perda integral (retirada cirúrgica) do baço	10



Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.070-160 - Recife - PE - Brasil
 Av. João Machado, 553 s/s 308 a 316 - Edif. Plaza Center - Centro - 58.013-520 - João Pessoa - PB - Brasil
 Av. Tancredo Neves, 1632 s/s 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvores - 41.820-020 - Salvador - BA - Brasil



GM

GOUVEIA MAGALHÃES MARIANO MOURY FERNANDES

DOCUMENTO 2

Comprovante de Pagamento



```
-----
* Megadata Computables      CUP/VIA/D.      09/02/2015 13:43:02
* Cande Passada Causada por Velocida Autorotorea da Via Depressore
* 0200007 ***** CONSULTA POR NOME DE BENEFICIARIO ***** 0187 02000007
-----
ANO      DOB.      DATA      2014  03/08/14  01  COD DEPEND... 111
COD_SEG...-5017          TIPO DOCUMENTO = 4      EX =
NUM DOCUMENTO=PE334885030      DT.CADAST/PAGO = 01      01      0000
CATEGORIA..... = 03          DT. S NISTRO...-18  09  2011
DT.CADAST...-01  08  2014      DT. RATEIO...-27  08  2014
NATUREZA..... = 2          CPF VITIMA..... = 000000000000000000
NOME DA VITIMA = CRISTIANO MIGUEL PEREIRA      VALOR INDENIZ... = 1.4857,90
DT NASC...-14  09  1977      VLA CORRIGION JUR... = 0,00
SEQUENCIA..... = 010          DT PAGAMENTO
COD_REC_REC...-1
NOME RECEBEDOR = CRISTIANO MIGUEL PEREIRA      DT ATUA...Z...-26  08  2014
CPF COD RECEB... = 000000000000000000          BOLETO... = 000000000000000000
PRODUTORA DUT...          OF DELEGADA... = 05
CPF COD PRESENT... 000000000000000000          SUB-JUICE... = 01  02  2008
DELEGADA..... = 05  02  2008          CONE PGTO...
RESOLUCAO..... = 01
DT RECLAMACAO-06  01  2014
ENTER=CONTINUAR          PF03 = FIM          PF07 = VOLTA MENU
-----
```



Av. Gov. Agamenon Magalhães, 479 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.070-160 - Recife - PE, Brasil
 Av. João Machado, 553 s/s 308 a 316 - Edif. Plaza Center - Centro - 58.013-520 - João Pessoa - PB - Brasil
 Av. Tancredo Neves, 1632 s/s 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvores - 41.820-020 - Salvador - BA, Brasil



G M

GOUVEIA MAGALHÃES MARIANO MOURY FERNANDES

DOCUMENTO 3
Procedimento Administrativo



Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.070-160 - Recife - PE - Brasil
Av. João Machado, 553 s/s 308 a 316 - Edif. Plaza Center - Centro - 58.013-520 - João Pessoa - PB - Brasil
Av. Tancredo Neves, 1632 s/s 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvores - 41.820-020 - Salvador - BA - Brasil



G M

GOUVEIA MAGALHÃES MARIANO MOURY FERNANDES

DOCUMENTO 4
Substabelecimento, Procuração e Atos Constitutivos



Av. Gov. Agamenon Magalhães, 4779 - 22º andar - Emp. Isaac Newton - Ilha do Leite - 50.070-160 - Recife - PE - Brasil
Av. João Machado, 553 s/s 308 a 316 - Edif. Plaza Center - Centro - 58.013-520 - João Pessoa - PB - Brasil
Av. Tancredo Neves, 1632 s/s 206/207 - Torre Norte - Edif. Salvador Trade Center - Cam. das Árvores - 41.820-020 - Salvador - BA - Brasil



Nº do Processo: 0075658-91.2014.8.17.0001

Nome completo: CRISTIANO MIGUEL PEREIRA

CPF: 031.328.174-22

Vara: CCMA

Endereço completo:

Laudo de Verificação e Quantificação de Lesões Permanentes

Informações do acidente

Local do acidente:

PAULISTA

Data do Acidente: 18/09/2011

Avaliação

I) Há lesão cuja etiologia (origem causal) seja exclusivamente decorrente de acidente pessoal com veículo auto-motor de via terrestre?

a) ☒ Simb) ☐ Não*Só prosseguir em caso de resposta afirmativa*

II) Descrever o quadro clínico atual informando:

a) qual (quais) região(ões) corporal(is) encontra(m)-se acometida(s):

b) as alterações (disfunções) presentes no patrimônio físico da Vítilma, que sejam evolutivas e temporalmente compatíveis com o quadro documentado no primeiro atendimento médico hospitalar, considerando-se as medidas terapêuticas tomadas na fase aguda do trauma.

III) Há indicação de algum tratamento (em curso, prescrito, a ser prescrito), incluindo medidas de reabilitação?

a) ☐ Simb) ☒ Não

Se SIM, descreva a(s) medida(s) terapêutica(s) indicada(s):

IV) Segundo o exame médico legal, pode-se afirmar que o quadro clínico cursa com:

a) ☐ disfunções apenas temporáriasb) ☐ dano anatômico e/ou funcional definitivo (sequelas)

Em caso de dano anatômico e/ou funcional definitivo informar as limitações físicas irreparáveis e definitivas presentes no patrimônio físico da Vítilma.

V) Em virtude da evolução da lesão e/ou de tratamento, faz-se necessário exame complementar?

a) ☐ Sim, em que prazo: _____b) ☐ Não

Em caso de enquadramento na opção "a" do item IV ou de resposta afirmativa ao item V favor NÃO preencher os demais campos abaixo assinalados

VI) Segundo o previsto na Lei 11.945 de 4 de junho de 2009 favor promover a quantificação da(s) lesão(ões) permanente(s) que não seja(m) mas susceptível(is) a tratamento como sendo geradora(s) de dano(s) anatômico(s) e/ou funcional(is) definitivo(s), especificando, segundo o anexo constante à Lei 11.945/09, o(s) segmento(s) corporal(is) acometido(s) e ainda segundo o previsto no instrumento legal, firmar a sua graduação:

Segmento corporal acometido:

a) ☐ Total (Dano anatômico ou funcional permanente que comprometa a íntegra do patrimônio físico e/ou mental da vítilma.

b) ☐ Parcial (Dano anatômico e/ou funcional permanente que comprometa apenas parte do patrimônio físico e/ou mental da vítilma.

Dr. Walid Khalil
CRM 141.150-0



b.1) ☐ Parcial ☒ Completo (Dano anômico e/ou funcional permanente que comprometa de forma global algum segmento corporal da Vítima).

b.2.1) Informar o grau de incapacidade definitiva da Vítima, segundo o previsto na alínea II, § 1º do art. 3º da Lei 6.194/74 com redação introduzida pelo artigo 31 da Lei 11.945/2009, correlacionando o percentual ao seu respectivo dano, em cada segmento corporal acometido.

Marque aqui o percentual

1ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Level ☐
☐ 50% Media ☒ 75% Intense

2ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Level ☐
☐ 50% Media ☐ 75% Intense

3ª Lesão

☐ 10% Residual 25% Level ☐
☐ 50% Media ☐ 75% Intensity

4ª Lesão

☐ 10% Residual ☐ 25% Level
☐ 50% Media ☐ 75% Intense

Observação: Havendo mais de quatro sequelas permanentes a serem quantificadas, especifique a respectiva graduação de acordo com os critérios ao lado apresentados:

Data da realização do exame médico legal:

Espaço para assinatura do médico legista perito

Informações Complementares

Dr. Waheed Khan
 Director General
 Health, Govt. of Punjab



PARECER - ASSISTENTE TÉCNICO SEGURADORA LIDER-OPVAT

JUSTIFICATIVAS

Empresa Médica:

VÍTIMA:

PROCESSO:

PASTA:

VARA:

JUSTIFICATIVA DE INDENIZAÇÃO COMPLEMENTAR:

PREENCHER EM CASO DE DIVERGÊNCIA:

DATA:

Dr. Walid Kham
CRM 16.901/2010
P. 10.11.11.11.11

Assinatura - Nome do Médico Assistente Técnico - Carimbo com CRM





1. *Chlorophyll a* (Chl *a*)

[illegible]

• • • • •

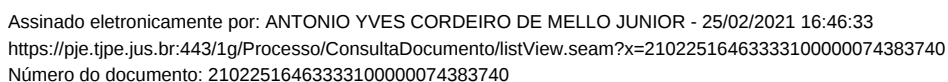
[illegible]

Copyright © 1999 by Encanto, Inc. All Rights Reserved. 1.060750.

[illegible]

Cidade e Estado,

total = 0
for i in range(1, 1000000):
 total += i
 if i % 1000000 == 0:
 print(i)
print('total =', total)

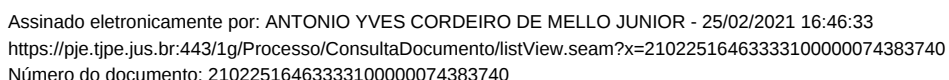


Num. 75904204 - Pág. 53

24



Num. 759042



reputa-se que não houve fraude por parte do autor. Devido a isso, foi aplicada a multa por fraude de 10% (art. 330, § 1º, do CPC) e o valor da dívida, que antes era superior a R\$ 75%, passou a ser de 65% percentual por falta de pagamento. O autor alega que pagou a dívida em parcelas de R\$ 1.000,00 e que não recebeu o comprovante de pagamento. Assim, o valor da dívida não foi quitado e o autor pede a condenação por inadimplemento da dívida, com juros e multa por inadimplemento.

Em razão da falta de pagamento pelo autor, o pedido é cabível. O autor alega que não recebeu o comprovante de pagamento, por isso foi classificada como inadimplente e definitiva. Neste caso, aplica-se o redutor de 25% ao valor da dívida para cobrir a integral R\$ 13.500,00. Sendo parcial, o valor da dívida reduzida, desta feita de 75% (proporção coberta) de R\$ 13.500,00, vê-se assim, que o cálculo feito pelo autor é correto e o valor da dívida enquadramento.

Final de prova permanente do Superior Tribunal de Justiça.

O valor é a diferença entre o valor pago e o valor devido.

Assim, o pedido é procedente e o pedido é procedente.

PEREIRA em face da CIA EXCELSIOR DE SERVIÇOS DE TRANSPORTES, condenada no pagamento da diferença do valor da dívida de R\$ 13.500,00, em cento e quarenta e três reais e dez centavos, a ser paga imediatamente desde o pagamento da primeira parcela, com juros e multa por inadimplemento legal a partir da data da primeira parcela, e honorários advocatícios da parte condenada, no valor de R\$ 1.000,00, a ser pagos em uma única vez, no valor da condenação.

Processo Civil



CERTIDÃO DE PUBLICAÇÃO

Certifico que a sentença de fls. incluída na pauta nº 89/2015
está disponível eletronicamente em 31/08/2015, foi publicada no Dje
em 01/09/2015 em 02/09/2015.

Nos termos de 02/09/2015.

(Chefe de Secretaria)

Pauta de Sentença Nº 89/2015-SEÇÃO A.

Das presentes ficam as partes e seus respectivos advogados e procuradores,
donos da SENTENÇA proferida por este JUÍZO, no processo acima
mencionado.

Sentença Nº 2015-00424

Processo Nº 2015585-01/2014 R 1º 0001

Natureza da Ação: Honorariedade ordinária

Advogado: DR. STANISLAU MIGUEL PEREIRA

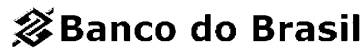
Advogado: DR. CLAUDIO AYANNE FREITAS DE PAIVA

Adv. Cláudio YVES de Siqueira

Advogado: DR. ISIDRO Paulo Henrique Magalhães Barros

3. Pelo voto, nego procedente o pedido formulado por CRISTIANO MIGUEL PEREIRA
da JAE EXCELSIOR IN. SEGUROS S/A, para condenar a vencida ao pagamento de
sempre DCA 1º no valor de R\$ 843,75 (oitocentos e quarenta e três reais e
centavos), corrigida monetariamente desde o pagamento administrativo, com
juros legais a partir da citação, além das custas processuais e honorários
de sucumbência fixados em 15% (quinze por cento) sobre o valor da condenação,
na forma do art. 475-J do Código de Processo Civil 4- P.R. Brasília, 06 de Setembro de 2015.
Marques Camargo Leão Juiz de Direito





DJO - Depósito Judicial Ouro

			Nº DA CONTA JUDICIAL	
			600121280226	
Nº DA PARCELA		DATA DO DEPÓSITO	AGÊNCIA (PREF/DV)	TIPO DE JUSTIÇA
0		19-02-2016	3234-4	ESTADUAL
DATA DA GUIA	Nº DA GUIA	NUMERO DO PROCESSO		TRIBUNAL
19-02-2016	10896721	00756589120148170001		TRIBUNAL DE JUSTICA
COMARCA		ORGÃO/VARA	DEPOSITANTE	VALOR DO DEPÓSITO (R\$)
RECIFE		14 VARA CIVEL	REU	1.475,80
NOME DO RÉU/IMPETRADO			TIPO PESSOA	CPF/CNPJ
COMPANHIA EXCELSIOR DE SEGUROS			JURÍDICA	33.054.826/0001-92
NOME DO AUTOR/IMPETRANTE			TIPO PESSOA	CPF/CNPJ
CRISTIANO MIGUEL PEREIRA			FÍSICA	031.328.174-22
AUTENTICAÇÃO ELETRÔNICA				
57CE267FB8D2654A				

